

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Administração e de Turismo**  
**Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional -**  
**PROFIAP**



**Dissertação**

**INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NA UFPEL: PELO DIREITO DE SER  
IGUAL QUANDO A DIFERENÇA INFERORIZA E SER DIFERENTE  
QUANDO A IGUALDADE DESCARACTERIZA**

**Kelli Vergara Watanabe**

**Pelotas**

**2019**

**Kelli Vergara Watanabe**

**INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NA UFPEL: PELO DIREITO DE SER  
IGUAL QUANDO A DIFERENÇA INFERIORIZA E SER DIFERENTE  
QUANDO A IGUALDADE DESCARACTERIZA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, da Faculdade de Administração e de Turismo, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

**Orientador: Prof. Dr. Marcio Silva Rodrigues**

**Coorientadora: Prof. Dra. Caroline Casali**

**Pelotas**

**2019**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

W111i Watanabe, Kelli Vergara

Inclusão de pessoas trans na UFPel : pelo direito de ser igual quando a diferença inferioriza e ser diferente quando a igualdade descaracteriza / Kelli Vergara Watanabe ; Marcio Silva Rodrigues, orientador ; Caroline Casali, coorientadora. — Pelotas, 2019.

116 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Inclusão. 2. Universidade. 3. Transgênero. 4. Diversidade. I. Rodrigues, Marcio Silva, orient. II. Casali, Caroline, coorient. III. Título.

CDD : 351

**Kelli Vergara Watanabe**

**INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NA UFPEL: PELO DIREITO DE SER  
IGUAL QUANDO A DIFERENÇA INFERIORIZA E SER DIFERENTE  
QUANDO A IGUALDADE DESCARACTERIZA**

**Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas.**

**Data da Defesa: 30/10/2019**

**Banca examinadora:**

.....

**Prof. Dr. Marcio Silva Rodrigues (Orientador)**

**Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina**

.....

**Prof. Dra. Caroline Casali (Coorientadora)**

**Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos**

.....

**Prof. Dra. Francielle Molon da Silva**

**Doutora em Recursos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

.....

**Prof. Dr. Marcio Barcelos**

**Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

***Dedico este estudo a toda comunidade LGBT, que luta a cada dia por espaços na sociedade, pelo direito de amar e ser livre.***

***Dedico também aos meus afilhados, Davi e Analua, para que um dia eles possam usufruir de um mundo onde as lutas e relutas pelos direitos mais básicos do ser humano não sejam tão necessárias como agora.***

## AGRADECIMENTOS

Agora passados esses mais de dois anos de mestrado eu só tenho a agradecer a tudo que aprendi nesse tempo. Desde que começaram as aulas do programa eu não entendia porque inventei de ter “esse problema” na minha vida e o momento da finalização sempre pareceu muito distante. Parece que tudo na vida depois que passa vem com uma sensação de que “nem foi tão ruim assim”. Esses dois anos e meio serão inesquecíveis para mim por todo sofrimento psicológico, estresse, privação de sono e de vida social.

O lado bom é que nesses dois anos eu vi o quão valiosas são as pessoas que ficam do nosso lado nesses momentos, o quanto elas conseguem ser pacientes e compreensivas quando não estamos legal, quando não temos tempo, quando só reclamamos. Quero agradecer a todas as pessoas que eu amo por terem ficado comigo durante esse tempo, por terem facilitado minha vida em muitos momentos, por me apoiarem em continuar ou em desistir, se isso fosse realmente a minha vontade, entre as diárias vontades que eu tive de desistir.

Trabalhar muitas horas por dia e estudar para uma especialização e um mestrado é difícil pra caramba, eu não tinha noção disso até ter essa experiência. Apesar disto, não posso esquecer os privilégios que tive até aqui, de ter sempre comida pronta, cama arrumada e colo sempre que eu precisei. Isso me fez pensar o quão mais difícil é fazer qualquer atividade quando não se tem um lar, quando não se pode contar com pessoas da família, como é o caso de muitas pessoas do objeto de estudo deste trabalho.

Agradeço aos professores Marcio e Carol por toda paciência comigo, eu não sei se eu teria tanta (risos) e por toda ajuda durante esse tempo, vocês são especiais. Aos professores Francielle e Márcio Barcelos pelas considerações na banca de qualificação. E por fim, agradeço aos colegas pelas ajudas e aos colegas procrastinadores que me deixavam um pouco mais aliviada durante esse período.

*Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.*

*Boaventura de Souza Santos*

## RESUMO

WATANABE, Kelli Vergara. **Inclusão de pessoas trans na UFPel: pelo direito de ser igual quando a diferença inferioriza e ser diferente quando a igualdade descaracteriza**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

O cenário atual mostra o Brasil como o país mais violento do mundo para pessoas trans. A cada ano são inúmeras mortes por preconceito e discriminação. A média de expulsão de casa de pessoas trans é de 13 anos de idade, além de um quadro onde 90% da população trans precisa se prostituir para sobreviver. Pensando na educação como ferramenta de inclusão social e uma realidade onde só 0,02% das pessoas trans conseguem chegar a universidade, este estudo procura analisar o processo de inclusão de pessoas trans na Universidade Federal de Pelotas. Os objetivos específicos são de analisar quais são as iniciativas da UFPel perante a existência trans dentro da universidade; investigar se existem e quais são as demandas da comunidade trans dentro da UFPel e propor iniciativas de inclusão e permanência de trans na UFPel. O referencial teórico aborda questões sobre a sociedade heteronormativa, sexocentrista/sexista e cissexista; identidade de gênero e sobre o movimento trans no Brasil. A metodologia adotada neste estudo de caso foi a análise de fontes primárias e secundárias, com a realização de entrevistas com unidades da universidade, com servidor e alunos trans. Além das entrevistas foram analisados documentos referentes a normatizações relacionadas às pessoas trans em níveis federal, estadual, municipal e universitário. Os resultados mostraram que na UFPel existem algumas iniciativas para inclusão de pessoas trans, como a adoção do nome social e a troca de registro de forma fácil e rápida; a utilização dos banheiros, apesar de não regulamentada, é feita pelas pessoas trans de acordo com sua identidade de gênero; são feitos eventos esporádicos para discussão e promoção da diversidade. E também existem demandas por mais respeito com as pessoas trans por parte de alunos e servidores que precisam ser sanadas ou minimizadas para que ocorra de fato a inclusão. Após a apresentação dos resultados foi elaborada uma proposta de intervenção para melhorar o processo de inclusão de trans na UFPel, que consiste em formas educacionais de tentar visibilizar a causa dentro da universidade.

**Palavras-chave:** inclusão; universidade; transgênero; diversidade.

## ABSTRACT

WATANABE, Kelli Vergara. **Inclusion of transgender people in UFPel: for the right to be equal when the difference decreases and to be different when equality decharacterizes**. 2019. 116 f. Dissertation (Professional Master in Public Administration) - Postgraduate Program in Public Administration in National Network - PROFIAP, Faculty of Administration and Tourism, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

The current scenario shows Brazil as the most violent country in the world for trans people. Each year there are countless deaths from prejudice and discrimination. The average homelessness of transgender people is 13 years old, and a picture where 90% of the transgender population must prostitute themselves in order to survive. Thinking about education as a tool for social inclusion and a reality where only 0.02% of transgender people can reach university, this study seeks to analyze the process of inclusion of transgender people at the Federal University of Pelotas. The specific objectives are to analyze what are the initiatives of UFPel in the face of trans existence within the university; investigate if they exist and what are the demands of the trans community within UFPel and propose initiatives for inclusion and permanence of trans in UFPel. The theoretical framework addresses questions about heteronormative, sexocentrist / sexist and cissexist society; gender identity and the trans movement in Brazil. The methodology adopted in this case study was the analysis of primary and secondary sources, by conducting interviews with university units, with server and trans students. In addition to the interviews, documents related to standards related to trans people at federal, state, municipal and university levels were analyzed. The results showed that at UFPel there are some initiatives for the inclusion of trans people, such as the adoption of the social name and the quick and easy registration change; The use of restrooms, although unregulated, is made by transgender people according to their gender identity; Sporadic events are held for discussion and promotion of diversity. And there are also demands for more respect for transgender people by students and staff that need to be remedied or minimized for inclusion to actually occur. After presenting the results, an intervention proposal was elaborated to improve the process of inclusion of trans in UFPel, which consists of educational ways of trying to make the cause visible within the university.

**Keywords:** inclusion; university; transgender; diversity.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de assassinados de pessoas trans, no mundo, de 2008 a junho/2016 .....	17
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Documentos utilizados na pesquisa.....	49
Tabela 2 – Resumo dos entrevistados.....	55
Tabela 3 – Universidades com cotas para alunos trans.....	60
Tabela 4 – Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão com temática trans na UFPel.....	69
Tabela 5 - Propostas de intervenção para UFPel.....	94

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ASTRAL - Associação das Travestis e Liberados

CAPES – Centro de Atendimento Psicológico e Social

CID - Coordenação de Inclusão e Diversidade

CIE – Coordenação de Integração Estudantil

CNS - Carteira de Nome Social

CPE – Coordenação de Políticas Estudantis

CIS – cisgênero

CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais

CONGEN - Congresso de Gênero da UFPel

CONSUN - Conselho Universitário da UFPel

CONSUNI – Conselho Universitário da UFABC

CPAf – Comissão de Políticas Afirmativas da UFABC

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRA - Coordenação de Registros Acadêmicos

CTI - Coordenação de Tecnologia da Informação da UFPel

DCE – Diretório Central de Estudantes

DFE – Defensoria Pública do Estado

DPU - Defensoria Pública da União

ES – educação superior

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids

GTPCGEDS - Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidade

IES - Instituições de Ensino Superior

IGP - Instituto Geral de Perícias

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

MEC – Ministério da Educação

NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

NUFOR - Núcleo de Formação da UFPel

NUGEN – Núcleo de Gênero e Diversidade

NUPADI - Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente

NUUAD - Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade

PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROGEP - Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

ONGs – Organizações não governamentais

RE – Recurso Extraordinário

RENATA - Rede Nacional de Travestis

RENTAL - Rede Nacional de Travestis e Liberados

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RG – Registro Geral (Carteira de Identidade)

SEPPIR - Secretaria de Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial

SISU - Sistema de Seleção Unificada

STF – Supremo Tribunal Federal

TERF - *trans-exclusionary radical feminist*

TGEU - Transgender Europe

TRANS – Travestis, Transexuais e Transgêneros

UFABC - Universidade Federal do Grande ABC

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFCA - Universidade Federal do Cariri

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILAB - Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1. Questão de pesquisa.....	28
1.2. Objetivos geral e específicos.....	29
1.3. Justificativa.....	29
1.4. Estrutura.....	31
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>32</b>
2.1. A sociedade heteronormativa, sexista/sexocentrista e cissexista.....	32
2.2. Identidade de gênero.....	37
2.3. Movimento trans no Brasil.....	42
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>47</b>
3.1. Perguntas da pesquisa.....	47
3.2. Delineamento da pesquisa, coleta e análise dos dados .....	47
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>57</b>
4.1. Acesso de pessoas trans na educação superior.....	58
4.2. Permanência de pessoas trans na educação superior.....	64
4.2.1. Alteração do registro civil e a utilização do nome social na UFPel.....	77
4.2.2. Utilização de banheiros por transgêneros.....	87
4.3. A inclusão de pessoas trans na UFPel.....	91
<b>5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>94</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>112</b>
Apêndice A – Roteiro da Entrevista 1.....	113
Apêndice B – Roteiro da Entrevista 2 e 3.....	114
Apêndice C – Roteiro da Entrevista 4.....	115
Apêndice D – Roteiro das Entrevistas 5, 6 e 7.....	116

## 1. INTRODUÇÃO

Nascemos e crescemos com uma série de expectativas sobre quem seremos, como seremos e como viveremos. A biologia nos define como macho ou fêmea. Antes de darmos a primeira respirada no mundo um ultrassom pode afirmar se seremos menina ou menino. Atualmente utilizam até um chá de revelação para dizer se seremos do time azul ou rosa.

A sociedade em que vivemos influencia fortemente nossa vida e nosso comportamento, Bourdieu (2002) fala que ela é marcada por estereótipos do que pode ser considerado normal e o que é natural, essencializados por anos através de diversas instituições poderosas. Essas influências são passadas em formas de valores, que acabamos carregando por muito tempo, propagando-os ou então questionando até que ponto todas certezas que ganhamos de presente, desde que nascemos, são ou não verdades.

Cada pessoa possui características que a torna única e assim podemos ter inúmeras semelhanças e diferenças com as demais pessoas da sociedade, seja através do local de nascimento, raça, cor, religião, idade, grupo sanguíneo, escolaridade, profissão e diversas outras características e vivências. O sexo, gênero e sexualidade também fazem parte da diversidade humana.

Dentro da diversidade de opções que nos é estabelecida em algumas circunstâncias e ofertada em outras, existem algumas formas de ser e viver que são hegemônicas na sociedade e determinam certos padrões. Desta maneira, enquanto alguns segmentos da sociedade são historicamente beneficiados, outros são oprimidos e possuem maior dificuldade de usufruir dos mesmos direitos que o restante da população, como é o caso de muitos integrantes da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros).

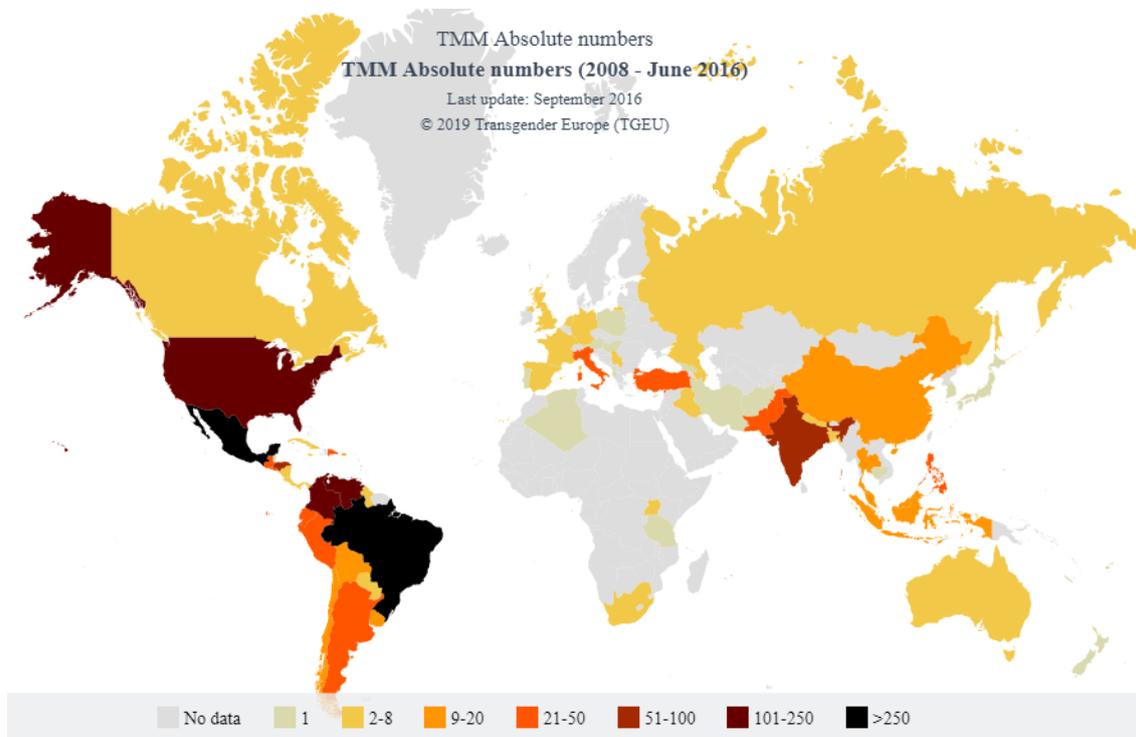
Em nossa sociedade são vários os grupos e indivíduos que sofrem com a hegemonia de outros grupos e indivíduos, mas no caso deste estudo será abordado o grupo “T” da sigla LGBT, sendo então travestis, transexuais e transgêneros (trans). Apesar da sigla diferenciar em três grupos distintos, Jesus (2019) fala que transgênero é o conceito “guarda-chuva” composto por travestis, transexuais e qualquer outra identidade de pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

Benevides e Nogueira (2019) falam que existe urgência na visibilidade, representatividade e ocupação de espaços de pessoas trans na sociedade, já que esses direitos sempre foram historicamente negados. Fugir dos rígidos padrões de gênero socialmente impostos é visto como uma afronta por parte da sociedade.

Convid (2015) considera que os transgêneros não possuem a intenção de afrontar a sociedade, só querem poder viver sua identidade, e mesmo querendo levar uma vida “normal” e tranquila, possuem dificuldades que não existem para quem não é trans, onde “seus direitos mais básicos, como estudar, trabalhar, ter um documento, comprar roupas ou mesmo ir ao banheiro, lhes são constantemente negados” (n.p.).

A falta de visibilidade da causa trans é tão grande que não existem dados oficiais sobre esta população, a única estatística utilizada sobre suas vidas é o levantamento do número de assassinatos que ocorre devido à transfobia. A figura 1 mostra o mapa de assassinatos no mundo, o Brasil é o país que mais assassina transgêneros no mundo, com diferenças alarmantes e significativas quando comparadas a outros países.

Figura 1 – Mapa de assassinados de pessoas trans, no mundo, de 2008 a junho/2016



Fonte: Trans Murder Monitoring, Transgender Europe (2016).

A organização Transgender Europe (TGEU) ao publicar, em 2016, o mapa de assassinatos no mundo de 2008 a junho/2016, contabilizou no Brasil 868 mortes, em segundo lugar estava o México com 257 mortes e em terceiro lugar os Estados Unidos da América com 146 mortes. Entre as três localidades mais violentas do mundo para população trans, o Brasil possuía 70% dos assassinatos.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA – é o órgão que formula, no Brasil, o Mapa de Assassinatos de Travestis e Transexuais. De acordo com Benevides e Nogueira (2019), no último dossiê publicado, em 2019, os números dos anos anteriores são de 163 assassinatos em 2018 e 179 assassinatos em 2017. A aparente queda de um ano para o outro, de acordo com dados da ANTRA, é maquiada por conta de um aumento de 30% dos casos não noticiados pela mídia dos quais não entraram nas estatísticas.

Os caminhos percorridos por transgêneros são tomados por desafios desde a infância, bem como na adolescência e na vida adulta, começando pela discriminação da própria família, Benevides e Nogueira (2019) falam que a média em que travestis e mulheres trans são expulsas de casa é 13 anos de idade. No Brasil, enquanto a expectativa de vida média é de 75,5 anos, esse número cai para 35 anos quando se trata de travestis e mulheres trans (BORTONI, 2017).

Através de preconceitos instituídos na sociedade as pessoas trans acabam tendo dificuldades desde o início de sua formação educacional, o que acarreta em desistências dos estudos e posterior falta de oportunidades relacionadas a trabalho. De acordo com dados da ANTRA (2019), 90% da população trans brasileira utiliza a prostituição como fonte de renda. Esse percentual decorre principalmente da exclusão escolar, causando baixa escolaridade e dificuldade de entrada e permanência no mercado de trabalho, devido à falta de qualificação e preconceito.

O estudo de Pizzi, Pereira e Rodrigues (2017) com travestis e mulheres transexuais na cidade de Pelotas/RS, concluiu que o mercado de trabalho em Pelotas é limitado para este público, sendo predominantemente restrito às áreas de beleza, telemarketing e prostituição. Onde a área de beleza já é um espaço formal e tradicionalmente ocupado por trans, e o telemarketing e a prostituição são espaços que as tornam invisíveis na sociedade.

Pizzi, Pereira e Rodrigues (2017) constataram também que apesar das adversidades existentes na vida das entrevistadas, travestis e mulheres transexuais, elas não deixam de buscar seus sonhos. Além disto, a conclusão dos estudos e ingresso na universidade fazem parte dos planos para o futuro, principalmente em relação a tornarem-se mais qualificadas para o mercado de trabalho formal.

A incidência de preconceito e discriminação contra o público trans existe fortemente nos espaços educacionais, não só dos próprios colegas de aula, como também de professores e demais membros estudantis, mas muitas vezes não é tão constatada porque o ambiente é pouco frequentado pelos trans (CARRARA e RAMOS, 2005). De acordo com dados das pessoas trans do Projeto Além do Arco-Íris, da organização Afroreggae, 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% não possuem o ensino fundamental (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2019).

Desde 2017 algumas universidades brasileiras passaram a adotar cotas para trans. As primeiras reservas de vagas para trans relatadas no país foram para pós-graduação e em 2018 surgiram cotas para graduação. As universidades que adotaram essa política de ação afirmativa enxergam uma forma de proporcionar maiores oportunidades para este grupo marginalizado e agiram de acordo com sua autonomia para adoção da política.

Em uma realidade do Brasil de 68 universidades federais, até o final do primeiro semestre de 2019, 12 universidades<sup>1</sup> já haviam aderido as cotas para trans em alguns cursos de graduação e/ou pós-graduação. Em um país maioritariamente conservador, como pôde ser observado na eleição presidencial de 2018, temas como cotas e transgêneros, isoladamente já causam grande repercussão. E quando se trata de cotas para trans, ainda há muitas dúvidas e grande resistência por várias partes.

---

<sup>1</sup> Graduação: Universidade Federal do ABC, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Sul da Bahia.

Pós-graduação: Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Historicamente a educação se mostra uma das alternativas mais eficazes de ascensão social, sendo uma oportunidade de tirar o público trans de situações de vulnerabilidade social e econômica. Há um constante jogo de poder que busca reger os corpos trans em todos espaços sociais (BUTLER, 2015), apesar disto, o foco desse trabalho será a universidade pública e em específico a Universidade Federal de Pelotas.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) é uma universidade credenciada ao MEC, criada em 1969, situada na cidade de Pelotas/RS. Em 2017<sup>2</sup> atendia cerca de 20.827 alunos, abrangendo Graduação e Pós-Graduação e contava com aproximadamente 2.787 servidores, incluindo professores efetivos, temporários e técnicos-administrativos. Atua com pesquisa, ensino e extensão em diversas áreas, campi e modalidades de ensino (UFPEL, 2017).

Ramos, Garcia e Nogueira (2013) falam que a Educação Superior no Brasil possui grande necessidade de promoção da equidade e inclusão social nas instituições de ensino superior. Desta forma, nos últimos anos, os governos procuraram a expansão das universidades para ampliação do acesso e permanência na Educação Superior. Um dos programas utilizados na UFPel para esta expansão foi o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que proporcionou a criação de 48 novos cursos e quase dobrou o número de alunos da universidade em 4 anos (RAMOS, GARCIA E NOGUEIRA, 2013).

Neste cenário, houve intensa imigração de estudantes das mais variadas localidades brasileiras e até mesmo estrangeiras, onde diversificou vigorosamente o ambiente universitário da UFPel. Esta imigração potencializou a diversidade na universidade e tornaram-se cada vez mais necessárias as pautas de inclusão e equidade destas diversidades.

Tão ou mais importante que proporcionar o acesso nas escolas e universidades, são as ferramentas utilizadas pelas instituições para proporcionar a permanência dessas pessoas e conclusão dos estudos de forma respeitosa. Por todas as barreiras que as pessoas trans passam em vários espaços da

---

<sup>2</sup> Última atualização oficial da UFPel, disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/historico/> Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

sociedade, o espaço educacional precisa agir de maneira inclusiva e permitir que essas pessoas tenham suas diversidades valorizadas.

Existe um consenso de que a educação é um dos direitos fundamentais dos seres humanos, sendo um objetivo primordial para o desenvolvimento humano, dito isto na Declaração dos Direitos Humanos, de 1948 (ASSUNÇÃO, SANTOS e NOGUEIRA, 2018). De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação (1998), além de um direito fundamental, é também um dos pilares da democracia, desenvolvimento sustentável e da paz, por isso deve ser acessível a todos.

O ensino superior em todo o mundo expandiu seu atendimento consideravelmente ao longo do tempo. Enquanto no início do século XX o número de estudantes do ensino superior no mundo não ultrapassava 500 mil, no final do mesmo século este número ultrapassava 100 milhões (SAMPAIO, 2014). De acordo com a declaração da Unesco (1998), de 1960 a 1995 as matrículas no ensino superior passaram de 13 para 82 milhões, mais de 500%, mas com um desnivelamento entre países ricos e pobres e dentro dos países entre as elites e as classes populares.

A Unesco (1998) coloca como uma das missões do ensino superior a integração num contexto de pluralismo e diversidade cultural. A declaração expõe que a nova visão da educação superior deve propiciar a igualdade de acesso. O documento menciona o acesso através do mérito dos candidatos, mas também retrata a necessidade de propiciar o acesso a minorias e grupos desfavorecidos, considerando as diferentes oportunidades educativas que o indivíduo teve ao longo da vida, desde o ambiente cultural familiar até a qualidade da escola que frequentou.

Em um tópico especial (artigo 4º) da declaração da UNESCO, é identificada a necessidade de oportunidades de acesso e participação das mulheres e a importância dos estudos sobre gênero para transformação da própria educação superior e da sociedade.

No caso brasileiro os autores Assunção, Santos e Nogueira (2018) expõem que a educação passou a ser direito de todos apenas na Constituição de 1988. De acordo com dados de Bortolanza (2017), em 2000 o Brasil tinha 1.180 universidades, 10.585 cursos e 2.694.245 matrículas. Em 2015 o

crescimento no número de universidades foi de mais de 100%, o número de cursos aumentou 216% e o número de matrículas aumentou 197%.

O processo de expansão, que ocorreu no Brasil, veio principalmente do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – instituído através do Decreto nº 6.096/2007, com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes” (BRASIL, 2007, Art. 1º). As diretrizes do programa, expostas no Art. 2, são:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

No processo de adoção do REUNI, a UFPel aumentou 48 cursos nos quatro primeiros anos do programa (2008-2012), aumentando o número de ofertas de cursos noturnos e de novos cursos nas modalidades de bacharelado (31), licenciatura (5) e tecnólogos (12). Antes do programa não existiam cursos superiores de tecnologia e só existiam dois cursos de engenharia, sendo criados após REUNI 10 novos cursos na área de engenharia (RAMOS, GARCIA e NOGUEIRA, 2013).

Barros (2015, p. 362) fala que “apesar do aumento significativo de Instituições de Ensino Superior (IES) e de matrículas ocorrido a partir dos anos de 1990, a taxa de escolarização líquida da população brasileira de 18 a 24 anos continua muito baixa”. Fora isto, 74% das matrículas estão no setor privado (INEP, 2010) e mesmo com iniciativas governamentais para expansão do ensino superior no Brasil, os programas acabam sendo limitados apenas a

redistribuição de oportunidades, sem considerar muito o fator permanência e conclusão do curso.

Para Ramos (2014) um dos atuais desafios da educação superior brasileira é a qualidade do ensino e teve ser analisada juntamente a expansão e a evasão. As mudanças no ensino superior brasileiro são evidentes nos últimos anos, apesar disto, a reflexão sobre a permanência dos estudantes no ensino superior se faz necessária, já que a evasão neste segmento possui números significativos (RAMOS, 2014).

Os estudos que analisam a evasão nas universidades mostram que ela pode ocorrer por decisão do aluno ou por outros motivos como “consequência de fatores escolares, socioeconômicos e pessoais, entendido no caso dos dois primeiros fatores, mais como exclusão do que propriamente evasão” (RAMOS, 2014, p. 87).

Uma das características marcantes do ensino superior público brasileiro é “a garantia de privilégios, a uma reduzida parte da elite nacional” (RAMOS, 2014, p. 97), apesar disto, a autora enxerga que com as políticas públicas de expansão, o acesso universitário ganhou maior visibilidade. Buscando uma universidade mais diversa e inclusiva, Barros (2015) fala que o movimento em prol das políticas de cotas surgiu dentro e fora da universidade.

As políticas de ações afirmativas passaram a ser frequentemente pautadas na década de 1990, através de reivindicações de movimentos sociais. Na academia os desvios históricos “foram denunciados na bipolaridade opressor-oprimido, inclusive no âmbito educacional, dentre os quais destacamos o acesso ‘consentido’ à universidade brasileira por classes sociais desfavorecidas” (LIMA, 2010, p. 267).

As ações afirmativas nas universidades passaram a ser executadas a fim de corrigir uma dívida histórica com grupos marginalizados através de inclusão social (LIMA, 2010). O movimento negro lutou por muito tempo até conseguir os primeiros efeitos, coincidindo com o início das movimentações para criação das ações afirmativas, na década de 90.

Com o Programa Diversidade na Universidade, do Ministério da Educação, através da lei 10.558/2002, foram implementadas ações para promover o acesso de grupos sociais desfavorecidos no ensino superior, destinados a negros e índios. Já em 2012, através da lei 12.711, as

universidades e institutos federais passaram a reservar 50% do total de vagas da instituição aos estudantes oriundos do ensino médio de escolas públicas (ASSUNÇÃO, SANTOS e NOGUEIRA, 2018). Vale ressaltar que algumas universidades, por iniciativa própria, aderiram cotas para afrodescendentes antes da publicação das leis.

A lei 12.711/2012 foi aplicada de forma gradual, a cada ano, a partir de 2013, foram destinadas 12,5% das vagas a estudantes da escola pública, aumentando gradualmente nos anos subsequentes. A lei fez com que em 2014, de acordo com a Secretaria de Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), 20% do total de vagas das universidades federais fossem ocupadas por pretos, pardos e indígenas, já nos institutos federais, 23% do total de vagas estavam sendo ocupadas por afrodescendentes e indígenas (ASSUNÇÃO, SANTOS e NOGUEIRA, 2018).

Apesar de algumas contraposições da sociedade perante às cotas e questões que surgem de alguns grupos sobre sua real necessidade, Piovesan (2008) diz que essas ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, onde existe a procura de diminuir os efeitos de um passado discriminatório. A autora fala que a discriminação ocorre quando somos tratados como iguais, em situações diferentes e tratados diferentes em situações iguais.

Além do acesso à educação superior (ES), Sguissardi (2014, p.81) fala em seu diagnóstico sobre a Política de expansão da ES que esse processo para ser democrático e não uma mera massificação “deve apoiar-se em pelo menos dois componentes: igualdade de condições de acesso, de escolha de cursos e carreiras a cursar, e de permanência com sucesso até a titulação”.

Almeida (2014) expõe que apesar do acesso à ES, muitos alunos têm outras dificuldades para manterem-se no curso, tornando-se, simbolicamente, “excluídos” após terem sido “incluídos”. Por isso Sguissardi (2014) fala da importância das políticas e ações que fortaleçam a permanência, além de focar somente no acesso.

Conforme Ramos (2014) a política de expansão no acesso da UFPel cumpriu um papel extremamente importante, assim como em outras universidades. A oferta de vagas é importante, mas a UFPel ainda carece de elementos concretos que disponibilize um ambiente de permanência desses alunos, para que a oferta se torne democrática para eles.

A expansão de vagas na UFPel, apesar dos recursos oriundos do REUNI, trouxe a grande demanda por assistência estudantil e processos que proporcionassem a permanência do aluno na universidade. De acordo com Nascimento (2012), as práticas de assistência estudantil da UFPel ocorrem desde antes da sua criação oficial no Decreto nº 750/1969. As faculdades que formaram a UFPel já utilizavam práticas de auxílio para promover a permanência dos alunos na universidade.

Nascimento (2012) fala que as práticas de assistência estudantil da UFPel sempre foram presentes na universidade. Nas questões de moradia e restaurante universitário o histórico é de existência já com a criação oficial da universidade. De 1989 a 2000 o transporte era gratuito a toda comunidade acadêmica e a partir de 2001 o benefício foi extinto e implantado o Programa Auxílio Transporte, com gratuidade apenas aos estudantes que necessitam do auxílio.

A oficialização de um órgão responsável pela assistência estudantil da UFPel veio através da Portaria nº 916, de 08 de agosto de 2007, onde foi criada a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, sendo posteriormente alterada para Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), através da Portaria nº 1886, de 22 de dezembro de 2009.

A PRAE foi criada através da demanda por um órgão que pudesse atender as necessidades crescentes de alunos vindos principalmente de outras localidades, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Dividida em duas Coordenações – de Integração Estudantil (CIE) e de Políticas Estudantis (CPE), é ainda subdividida em núcleos que acompanham os programas da instituição (PRAE, 2019).

A assistência estudantil que antes era vista essencialmente como ajuda financeira para permanência na universidade, passou também a ter atuação em outros campos através de políticas mais amplas para inclusão e permanência dos alunos na universidade, com meios de atuação de “apoio psicossocial e ações voltadas a questões envolvendo gênero e etnia” (PRAE, 2019, p. 1), além de políticas voltadas ao lazer e à cultura.

Dentro da PRAE existe a Política Pedagógica de Permanência, que procura dar condições de alimentação, moradia, deslocamento e além disto, suporte nas áreas afetivas, pedagógicas e psicossocial, para assim inserir os

alunos na vida universitária, proporcionar bom rendimento acadêmico e evitar a retenção e evasão (PRAE, 2019).

Um dos núcleos da CIE que visa a assistência psicológica e ajuda na superação de dificuldade dos discentes é o Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente (NUPADI). Este núcleo foi criado em 2012 com o intuito de auxiliar os alunos com dificuldades de preencher os requisitos de aproveitamento acadêmico para manter suas bolsas de permanência. Conforme descrição no Portal da UFPel:

O NUPADI, portanto, busca oportunizar, dentro do possível, acolhimento de demandas discentes nos âmbitos da aprendizagem, da saúde física e mental, assim como aspectos sociais de amplo espectro, atuando com intervenções específicas na resolução e prevenção de dificuldades que podem estar produzindo sofrimento psíquico, bem como o não aproveitamento acadêmico, a reopção de cursos e quiçá a evasão acadêmica, atuando direta e subliminarmente em questões também de cunho institucional que podem estar interferindo em sua vida. Nesse sentido, o atendimento psicológico individual, o qual existe desde 1984 na Universidade, vem ampliando espaço numa perspectiva em que a força do coletivo faz-se presente. Assim, há todo um investimento do Núcleo em programas, oficinas, encontros, rodas de conversa, em que se formam GRUPOS (UFPEL, 2018).

O NUPADI é composto por uma assistente social, uma pedagoga, uma enfermeira, um psiquiatra e quatro psicólogas (UFPEL, 2019). Existem projetos como o de atendimento psicológico individual, mas com lista de espera de seis meses a um ano e a duração do acompanhamento é de um ano letivo. Esse atendimento não atende casos de urgência, emergência ou casos graves. Outros projetos e grupos compõem o núcleo, mas servem preferencialmente para auxiliar o aluno na permanência na universidade.

Na UFPel existem algumas iniciativas para promoção da diversidade e inclusão de minorias, através de projetos de ensino, pesquisa, extensão e propostas da reitoria e outros núcleos da universidade. Na unidade do Gabinete do Reitor existe a Coordenação de Inclusão e Diversidade (CID) que é subdividida entre o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade (NUAAD) e o Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGEN). A Coordenação de Inclusão e Diversidade é o órgão responsável na UFPel, por:

Estabelecer políticas e diretrizes na consolidação de ações na comunidade universitária em relação às cotas no ingresso e permanência no ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação e nas às cotas no ingresso nos cargos de servidores da UFPel, conforme a legislação vigente; Desenvolver estratégias políticas na instituição para o acompanhamento dos grupos de alunos cotistas e servidores efetivados pelas políticas de ação afirmativa, mediante o levantamento de dados diversos e o incentivo de oferta de políticas institucionais a serem mobilizadas por órgãos e agentes públicos da IES e da sociedade em geral; Desenvolver, de forma articulada com toda a IES, ações para sensibilização e mobilização da comunidade universitária para a convivência com as diversas realidades presentes na diversidade social (correlacionadas à gênero e sexualidade, à etnia, à tradição das culturas, e à vulnerabilidade socioeconômica) com foco nas diretrizes de uma discriminação positiva, em todos os segmentos universitário e em conjunto com a comunidade envolvente; Fomentar e consolidar o cuidado e atuação no campo da acessibilidade física e psicológica das pessoas integrantes da Universidade, propiciando sua convivência integrada na comunidade universitária; Assessorar órgãos diversos no planejamento e programação de ações que apontem para a atenção à vivência da diversidade na Universidade (UFPEL, 2019).

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) é responsável por ações de inclusão e permanência na universidade, tendo como princípios norteadores o Plano de Acessibilidade e Inclusão da UFPel, de março de 2016, e a efetivação da Lei Federal 13.409/2016, que dispõe sobre cotas para pessoas com deficiência no Ensino Superior, foca-se então apenas na inclusão de pessoas com deficiência.

O Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade (NUAAD), que também faz parte da Coordenação de Inclusão e Diversidade, é o órgão responsável por garantir o acesso, permanência e reconhecer a diversidade dentro da UFPel, em especial acolhendo, orientando e acompanhando os estudantes cotistas. Mesmo com sua proposta de reconhecer a diversidade no geral, o órgão se atém as cotas regulamentadas por lei: cotas sociais, cotas raciais para negros e indígenas e cotas para deficientes.

Criado em 2017, o Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGEN) além de atuar dentro da universidade, compõe também o Conselho Municipal de Direitos e da Cidadania LGBT de Pelotas/RS e a partir de 2019 passou a integrar o Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT, do Rio Grande do Sul. Dentro da UFPel o NUGEN é considerado o órgão responsável pela promoção da relação entre as diversidades na comunidade da UFPel, além de “promover a participação política, a educação, os movimentos sociais e os direitos

humanos, estudando as questões relativas ao trabalho na interação com as teorias de gênero e feministas contemporâneas” (NUGEN, 2019), tendo como metas:

Planejar e executar ações institucionais propositivas nas frentes da denúncia, comunicação, infraestrutura, formação e das políticas afirmativas no campo de gênero e diversidade sexual, a vinculação orgânica do ensino superior com o poder público, com a iniciativa privada, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Tendo como princípios a igualdade de direitos e a não discriminação por sexo, orientação sexual e identidade de gênero, o NUGEN é um núcleo criado para atuar no combate ao machismo, sexismo, misoginia e homolebóbtransfobia na Universidade (NUGEN, 2019).

A atuação do Núcleo de Gênero e Diversidade procura ir além dos espaços internos da universidade, buscando a integração desta com a comunidade externa, desenvolvendo ações que promovam as discussões de gênero e ressaltem a diversidade em escolas públicas da educação básica e através de eventos abertos ao público em geral, por exemplo.

De acordo com o Plano de Gestão do NUGEN no período de 2017 a 2019, propõe uma “revolução acadêmica” (NUGEN, 2017) através de estímulos do núcleo à discussão referente a sexualidade e identidade de gênero em toda comunidade acadêmica, integrando a CID com Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão e Cultura, de Gestão da Informação e Procuradoria.

Apesar de ferramentas da universidade para assistir o aluno e fazer com que a evasão diminua, as causas que levam o aluno a não permanecer na universidade podem vir de diversas fontes. No estudo de Carvalho (2018) sobre a evasão dos cursos de graduação criados através do REUNI da UFPel, os resultados mostram que na maioria dos casos são fatores externos à instituição que fazem o aluno desistir do curso.

Tendo em vista os aspectos abordados até o momento, com apresentação de dados que mostram algumas dificuldades da ocupação de pessoas trans em alguns espaços da sociedade, este trabalho se volta para a análise da inclusão das pessoas trans no espaço universitário, mais precisamente a inclusão dessas pessoas na UFPel.

### **1.1. Questão de pesquisa**

Tendo em vista a dificuldade de acesso e permanência da população trans nos ambientes educacionais, a pesquisa se norteia pela seguinte questão: **Como ocorre o processo de inclusão de pessoas trans na Universidade Federal de Pelotas?**

## **1.2. Objetivos geral e específicos**

As pessoas trans, em sua maioria, enfrentam diversas dificuldades ao longo de suas vidas, uma delas é o acesso e a permanência dentro de ambientes educacionais em todos os níveis. Pensando na realidade da educação superior pública, na cidade de Pelotas/RS, o trabalho tem como objetivo geral **analisar o processo de inclusão de pessoas trans na Universidade Federal de Pelotas**, tendo os seguintes objetivos específicos:

- Analisar quais são as iniciativas da UFPel perante a existência trans dentro da universidade;
- Investigar se existem e quais são as demandas da comunidade trans dentro da UFPel.
- Propor iniciativas de inclusão e permanência de trans na UFPel.

## **1.3. Justificativa**

Os estudos sobre a comunidade LGBT, no Brasil, vem crescendo nos últimos anos, apesar disto, Irigaray (2011) fala que os estudos sobre homossexuais masculinos são consideravelmente maiores que os demais grupos da sigla. Desta forma, a escolha do tema tenta atender, mesmo que em pequeno porte, a demanda exposta por Prado e Machado (2008) que mencionam a necessidade de pesquisas científicas buscarem a compreensão, com mais precisão, de como apesar de toda opressão e violência que determinados grupos sociais sofrem, certos temas permanecem ocultos na academia.

No portal de periódicos da Capes<sup>3</sup> e no Catálogo de dissertações e teses da Capes<sup>4</sup>, nas áreas de ciências sociais e humanas, ainda são poucos os estudos sobre o público trans, a maioria procura a inserção desses no mercado de trabalho (IRIGARAY, 2010; RONDAS e MACHADO, 2013; CARRIERI, SOUZA e AGUIAR, 2014) e aborda o mercado da prostituição (OLIVEIRA, 1997; PELÚCIO 2005; BENEDETTI, 2005; GARCIA, 2007; FERREIRA, 2016; PIZZI, PEREIRA e RODRIGUES, 2017).

Em relação à educação e escolaridade, existem alguns estudos sobre ambiente escolar (BRAGA, 2012; ALVES e MOREIRA, 2015; FRANCO e CICILLINI, 2016), já que um dos primeiros impasses de realidade trans ocorre no ambiente escolar e muitas vezes não conseguem permanecer e ascender a outros níveis educacionais. Os estudos relacionando transexuais e travestis com a universidade são escassos (SCOTE, 2016; CARVALHO e OLIVEIRA, 2017), é possível encontrar alguns estudos de dissertações, mas que ainda não foram publicados em periódicos acadêmicos.

Como os estudos em Administração Pública sobre transgêneros ainda são poucos, pretende-se então, com este estudo, colaborar para o aumento de estudos desta temática, trazer mais informações sobre e para este público, já que o conhecimento é uma das formas de diminuir preconceitos e estigmas dentro da sociedade.

O presente estudo tem o propósito de averiguar a inserção das pessoas trans em outro campo que, como para qualquer cidadão brasileiro, é um direito constitucionalmente garantido, a universidade pública. Além das contribuições teóricas, o estudo do tema visa reforçar as poucas discussões sobre o tema e auxiliar a ciência da administração pública a dar maior relevância à inclusão efetiva dos trans, onde ações de inclusão tem grande importância na vida dos indivíduos que fazem parte de grupos oprimidos, sobretudo os que se sentem e são vistos como diferentes do padrão.

A contribuição do estudo tenciona atravessar as fronteiras teóricas e contribuir socialmente com a vida dos transgêneros, buscando a valorização da

---

<sup>3</sup> Portal de Periódicos da CAPES/MEC. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/> Acesso em: 15 de setembro de 2019.

<sup>4</sup> Catálogo de teses e dissertações da CAPES/MEC. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: 17 de setembro de 2019.

educação superior para fuga da marginalização de seus corpos e como uma forma de oportunizar condições similares a dos cisgêneros dentro da universidade e da sociedade no geral.

Através da urgência exposta por Benevides e Nogueira (2019) sobre a maior visibilidade, representação e ocupação de trans nos espaços da sociedade, procuramos com esse estudo verificar quais as oportunidades e incentivos que a universidade pública, em especial a UFPel, fornece aos trans para que possam usufruir do espaço universitário independente da sua condição de gênero.

#### **1.4. Estrutura**

O presente capítulo apresentou a introdução do tema, a questão de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa e esta seção de apresentação da estrutura do estudo. No próximo capítulo são abordadas as bases teóricas que darão suporte ao restante do estudo. No terceiro capítulo é apresentada a metodologia com os caminhos para elaboração da pesquisa.

No quarto capítulo é apresentada a análise dos dados, dividida em três seções e duas subseções. Logo após, é apresentada uma proposta de intervenção para maior inclusão de pessoas trans dentro da Universidade Federal de Pelotas. As considerações finais serão expostas no penúltimo capítulo, seguida das referências bibliográficas e por fim são expostos os apêndices com o conteúdo das entrevistas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo de referencial teórico é dividido em três seções. Em um primeiro momento são abordadas questões sobre a sociedade heteronormativa, sexista/sexocentrista e cissexista. A segunda seção traz aspectos relacionados à identidade trans. Após, procura-se entender como se dá o movimento trans no Brasil, mostrando a historicidade, como o movimento está atuando nos últimos tempos e quais são suas principais conquistas e reivindicações.

### **2.1. A sociedade heteronormativa, sexista/sexocentrista e cissexista**

A sexualidade humana já passou por diversas significações, Foucault (2014) ao fazer uma análise histórica fala que no início do século XVII a sexualidade possuía a naturalidade que é sua por direito e o sexo não possuía a promiscuidade que passou a ter ao longo do mesmo século, quando a sexualidade passou a ser, de certa forma, escondida, discreta, guardada dentro de casa, mais especificamente, propriedade do casal, homem e mulher, com o propósito maior de reprodução.

Foucault (2014) expõe que a dita “Idade da repressão do século XVII” coincide com o desenvolvimento do capitalismo, tornando-se parte da ordem burguesa. Se o próprio sexo dos “casais legítimos” –homem e mulher- tornou-se escondido, o que se espera das outras possibilidades de manifestação de gênero e sexualidade? Outras formas de viver a sexualidade não reprodutiva passaram então a ser foco de extrema indignação, com criação de condenações, patologização da sexualidade, caracterização dos desvios possíveis, um moralismo exacerbado na busca de controle da sexualidade da população.

A partir daí o foco passou a ser nas recomendações sexuais dos casais, diversas regras regiam o que era considerado adequado ou não e o que deveria ser feito em determinadas situações, sendo a religião uma forte propagadora desses pensamentos. A infidelidade e a homossexualidade podiam ser condenadas nos tribunais, nesse período algumas pessoas eram vistas como “contra-natureza”, sendo marcadas como abominações e tendo suas sexualidades como periféricas. Todos os não-heterossexuais padrões passaram

a ser como uma espécie, com todos seus feitos e comportamentos analisados pela perspectiva da sexualidade (FOUCAULT, 2014).

A religião sempre protagonizou e influenciou a vida social da maioria dos indivíduos, seus ensinamentos e escritos possuem grande carga na busca de moral da sociedade, até os dias de hoje. Salles e Ceccarelli (2010) falam que a prática sexual foi taxada como pecado, ao longo dos séculos, por membros da igreja, principalmente católica. Esta estigmatização trazia à tona a ideia de pecado advindo do prazer, o que tornara impura as relações que não visassem a reprodução, principalmente fora do casamento.

A sexualidade da forma como a percebemos, vivemos e teorizamos é uma criação predominantemente da cultura ocidental, no qual ao longo dos séculos buscou formular um discurso sobre esta dimensão humana (SALLES e CECCARELLI, 2010). Em momentos sócio históricos precisos os discursos sobre sexualidade aparecem controlando o corpo e a sexualidade, como tentativa de normatização das práticas sexuais, como forma de manter padrões de determinadas épocas e, assim, controlando os indivíduos de forma social e política (FOUCAULT, 2014).

Conforme Salles e Ceccarelli (2010, p.16) “a sexualidade é uma construção, uma invenção, inseparável do discurso e do jogo de poder dentro dos quais ela é constituída e, ao mesmo tempo, se constitui”. Foucault (2014, 2014a, 2014b) expõe que a regulamentação do sexo sempre se deu através do Estado, da religião e das elites dominantes.

Os discursos foram construídos ao longo dos séculos por essas instituições e aos poucos ocupando parte central na vida individual e coletiva da sociedade ocidental. Esses discursos ideológicos tinham o objetivo de sustentar o poder e a ordem política, considerando o que era “normal” e o que era patológico em relação aos desejos e práticas sexuais (SALLES e CECCARELLI, 2010).

A partir do século XIX as discussões sobre sexualidade foram ressignificadas. As discussões entre normalidade e patologia inerentes, respectivamente, da heterossexualidade e dos seres não-heterossexuais passaram a ter um complemento. Além de ser pensada no âmbito da saúde, passou também a propagar discursos de ódio e violência contra as categorias

ditas fora do padrão, especialmente para o segmento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) (BORGES et al., 2013).

Colling (2015) acredita que depois que a homossexualidade deixou de ser considerada crime e patologia, a heterossexualidade compulsória perdeu um pouco de força e ao perder estes dois significados, teoricamente, hétero e homo são duas possibilidades de viver a sexualidade. Na contemporaneidade não há mais a exigência que todos sejam heterossexuais, mas mesmo os que não são, devem organizar suas vidas a partir do modelo heterossexual, que mais que um modelo de sexualidade, é um “modelo político que organiza as nossas vidas” (COLLING, 2015, p. 24).

Em termos de gênero, sexualidade e orientação sexual, Borges et al. (2013) fala que existem noções do que é considerado certo e errado, essas noções advêm de valores culturalmente construídos, que seguem uma orientação onde existe “um lugar de poder, um lugar que é social, político, filosófico e religioso” (p. 67). Esse lugar onde constituem-se as normas e as destina na orientação do comportamento dos corpos construiu o que, na sociedade ocidental, é chamada de heteronormatividade.

Para Butler (2015) existe uma matriz heterossexual atuando de maneira compulsória na vida dos indivíduos na sociedade, normatizando seus aspectos de vida considerados normais e, além disto, possibilidades de ser e identidades que são consideradas como anormais. Neste sentido, os valores associados à heterossexualidade regram a sociedade e tornam-se coercitivos aos indivíduos (BORGES, 2013).

Apesar da crença da superioridade de uma orientação sexual ser antiga e culturalmente construída através de anos, o conceito de heteronormatividade foi apresentado apenas em 1991, por Michael Warner. Esse conceito refere-se a ideia da orientação padrão ser a heterossexual, trazendo como consequência a exclusão, proposital ou não, dos indivíduos que não se encaixam nesta, de políticas públicas e organizacionais, eventos e atividades (IRIGARAY, 2011).

Para Miskolci (2009) a heterossexualidade é considerada algo natural e o fundamento da sociedade e por isso sobre ela recai uma série de expectativas e desejos. Isto posto, as sexualidades que não se encaixam neste padrão, consideradas desviantes da norma, são passíveis de não terem respaldos relacionados a direitos humanos, legais e sociais (PASSAMANI e MAIA, 2011).

O homem branco, adulto, ocidental, trabalhador e heterossexual é visto por Deleuze e Guattari (1997) sem devir, não precisando constituir-se. Este ser característico é um modelo fixo do qual delinea e territorializa tudo que o circunda. Neste texto, este homem caracteriza a ideia de padrão e, simultaneamente, a fonte de preconceitos da sociedade.

Este homem sem devir é o resultado da institucionalização de conceitos dados as palavras “normal” e “natural”, garantindo, durante o processo o seu poder (BOURDIEU, 2002). Este estereótipo “trata-se de uma referência praticamente invisível, inquestionável, porque está calcada numa concepção essencializada de mundo e de sujeito” (FELIPE, 2007, p. 84).

Tudo parece abstrato, mas estas construções de padrões e valorização de determinados comportamentos em detrimento de outros, resultam de um amplo e lento processo onde ocorre a disseminação desses conceitos através de variadas instituições de formação, além da religião, Estado e elites dominantes expostas por Foucault (2014, 2014a, 2014b), como família, ambiente escolar e discurso midiático (FELIPE, 2007).

A construção sócio histórica que institucionaliza o que é normal, para Bourdieu (2002), é disseminada através de diversas instituições e desde que um indivíduo está no ventre de sua mãe, já é carregado de simbologias e responsabilidades sobre sua existência, ser considerado homem ou mulher resulta em um nome, brinquedos e uma educação com referências masculinas ou femininas.

Ao refletir sobre as questões de gênero é possível observar os motivos pelos quais os seres que não correspondem aos padrões hegemônicos não ocupam os mesmos lugares na sociedade que aqueles pertencentes ao padrão social. Silva (2010, p. 58) fala que “problematizar as normalidades da cultura é um bom caminho para que se possa compreender como tais relações de poder se estabelecem”.

As questões de gênero tornam explícitas essas posições hierárquicas existentes na sociedade, tornando dicotômica a relação homem e mulher a partir de noções superficiais do que significa ser cada um deles. As pessoas tornam-se coerentes ao sistema heteronormativo quando se mantêm lineares com sexo, gênero e comportamento, ou seja, “as pessoas com genitália masculina devem se comportar como machos, másculos, e as com genitália feminina devem ser

femininas, delicadas” (COLLING, 2015, p. 25) para serem melhores aceitas na sociedade.

Várias disciplinas ainda procuram justificativas para os indivíduos serem como são, Colling (2015) diz que ao buscarmos as causas da homossexualidade, por exemplo, ou ao tentar descobrir o porquê de uma pessoa ser homossexual, a heterossexualidade é mais uma vez colocada como padrão, já que essa busca constante por respostas não é feita quando se trata dela.

O sexocentrismo, também denominado como sexismo é relacionado somente às questões de gênero (BODINE, 1991), sendo um fenômeno universal e milenar relativo a diferenciações do sexo biológico. Refere-se a crença de que os homens são o padrão normal da sociedade e que as mulheres são inferiores e subordinadas a eles (MCARTHUR e MCARTHUR, 1998). Foucault (2014) fala que nestes conceitos o sexo biológico masculino possui um papel na sociedade superior ao sexo biológico feminino.

Em relação as pessoas transgêneros se choca com o sexocentrismo/sexismo e binarismo de gênero ao reconhecer que o sexo biológico não é determinante na identificação de machos e fêmeas como homens e mulheres. Em relação a ideologia, assim como a heteronormatividade enviesa a orientação sexual e a sexualidade, o sexocentrismo/sexismo enviesa o gênero (JESUS, 2013). Assim, este conceito prega as identidades de gênero de acordo com o sexo biológico no nascimento.

Outra ideologia que afeta as pessoas transgênero é o cissexismo, talvez seja a que mais afeta essas pessoas, por estar ligada diretamente ao gênero, de acordo com Jesus (2012, p. 29), esta ideologia é:

Resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à auto-expressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Para as pessoas trans em particular, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza suas práticas sociais.

Não minimizando outras lutas, mas com essas conceituações pode ser observado que problemas entre binarismos de gênero acabam sofrendo com a ideologia do sexocentrismo/sexismo, a orientação sexual sofre com a

heteronormatividade, enquanto pode ser observado que as três ideologias, conjuntamente, afetam diretamente a vida das pessoas transgênero e fazem com que suas existências sejam estigmatizadas dentro da sociedade.

## **2.2. Identidade de gênero**

O considerado criador da psicanálise, Sigmund Freud, em uma palestra sobre Feminilidade, em 1933, afirmou que ao encontrar uma pessoa distinguimos primeiramente se ela é um homem ou uma mulher, fazendo essa distinção com absoluta certeza. Lanz (2014) fala que na época de Freud era possível identificar um homem ou uma mulher sem muitos esforços e com fácil diferenciação e que, no mundo de hoje, talvez ele não tivesse tantas certezas à primeira vista.

O sexo pode ser considerado uma classificação biológica de uma pessoa, “baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais” (JESUS, 2012, p. 24). Ele pode ser determinado pelo tamanho de suas células reprodutivas, quando pequenas, têm-se os espermatozoides, logo trata-se de um macho; quando grandes, têm-se os óvulos, logo trata-se de uma fêmea. Os aspectos biológicos não definem o comportamento e como as pessoas se identificam, se masculino ou feminino, quem faz isso é a cultura (JESUS, 2012).

Ser homem ou mulher não implica, necessariamente, em nascer, respectivamente, macho ou fêmea. Um macho biológico pode tornar-se mulher, assim como uma fêmea biológica pode tornar-se homem (LANZ, 2014). A compreensão de identidades e expressões de homens e mulheres em suas vidas, conforme Jesus (2014) é melhor feita através do gênero que do sexo.

Entre algumas correntes do feminismo, o conceito de gênero desconstruiu a crença dos modelos universais de homem e mulher, admitiu a construção histórica desses construtos e possibilitou a construção de identidades de gênero além do espectro biologicista (JESUS, 2014). Assim, identidade de gênero pode ser entendida como:

A atitude individual diante dos construtos sociais de gênero, ante aos quais as pessoas se identificam como homem ou mulher, percebem-se e são percebidas como integrantes de um grupo social

determinados pelas concepções correntes sobre gênero, partilham crenças e sentimentos e se comprometem subjetivamente junto ao grupo com o qual se identificam, como acontece com relação a qualquer outra identidade social que adotam. (JESUS, 2019, p. 101).

Jesus (2019, p. 101) fala que o papel de gênero é o “modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico”. As pessoas se encaixam atualmente em dois conceitos “guarda-chuvas” sendo cisgênero e transgênero.

O conceito de cisgênero refere-se às pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi pré-estabelecido, já o conceito de transgênero refere-se às pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi pré-estabelecido, seja por conta dos comportamentos e/ou pelos papéis de gênero esperados (JESUS, 2019). O conceito guarda-chuva “transgênero”, popularmente chamado de “trans”, abarca pessoas conhecidas como travestis e transexuais (JESUS, 2019).

Diferentemente da sexualidade, Jesus (2019) fala que a identificação com algum gênero pode ou não concordar com o gênero atribuído no nascimento e não deve ser confundida com orientação sexual. Tanto pessoas cisgênero, quanto pessoas transgênero podem ter orientação sexual heterossexual, homossexual ou bissexual.

A vivência de um gênero nos âmbitos sociais e culturais quando divergentes do que se esperaria de alguém de determinado sexo biológico é considerada uma questão de identidade, não um transtorno como foi classificada por muito tempo e vista até hoje por algumas vertentes conservadoras. Jesus (2012) fala que as vivências trans quando não vistas como identidade já foram definidas de forma patológica, como doença mental, doença contagiosa ou perversão sexual.

Lanz (2014) expõe que a condição transgênera ao estar presente na lista de distúrbios físicos e mentais, além de ser utilizado como ferramenta de castigo para quem já transgrediu a norma ou está neste processo, serve como ferramenta de controle para inibir os “novos” aderentes. Mesmo com processos mais repressores na antiguidade, a transgeneridade é reconhecida em um longo período histórico, já passou por diversas significações e no século XX o avanço médico em vários segmentos também possibilitou um avanço para população

trangênero, que a partir deste século pode adquirir a fisiologia de mulheres e homens cisgênero.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou em maio de 2019 transexualidade da lista de transtornos mentais. Engel (2019) fala que a transexualidade que era entendida como “transtorno de identidade de gênero” passou a ser classificada como “incongruência de gênero”. A classificação como transtorno já havia sido proibida pelo Conselho Federal de Psicologia em janeiro de 2018.

Geralmente as pessoas transexuais sentem inconformidade entre seu corpo e seu gênero, mas não é regra que todas queiram submeter-se a procedimentos cirúrgicos. Sua identidade pode ser construída de várias formas, podendo ser contemplada somente com o uso de roupas e tratamentos hormonais, por exemplo (JESUS, 2012).

O reconhecimento da condição de transexual pode ocorrer em qualquer etapa da vida, na infância ou tardiamente, mas geralmente acompanhada de repressão social. Jesus (2012) fala que ninguém sabe por que alguém é cisgênero ou transgênero, apesar de existirem teorias onde mostram causas biológicas, outras sociais e outras misturando causas biológicas e sociais. Mesmo não existindo explicações científicas do porquê o indivíduo se identifica com determinado gênero, sabemos que isto ocorre e como ocorre.

Apesar de alguns avanços, ainda existem enfrentamentos no reconhecimento de identidade das próprias pessoas trans e de como os outros as identificam. Como definição de pessoas transexuais, Jesus (2012, p. 15) indica que “mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher; e homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem”.

Também parte do conceito guarda-chuva de transgênero estão os indivíduos “travestis”. Jesus (2012) fala que este termo é anterior ao conceito de transexual e é, várias vezes, utilizado de maneira pejorativa em nossa sociedade conservadora, onde considera as travestis como imitações de mulheres. De acordo com a autora, a maioria das travestis preferem ser tratadas no feminino, pois são pessoas que vivenciam papéis do gênero feminino, apesar de não se reconhecerem nem como mulheres, nem como homens, fazendo parte de um terceiro gênero ou de um não-gênero.

Lanz (2014) fala que no Brasil praticamente não há registro escrito a respeito da condição transgênero, ou transgeneridade, termo conhecido internacionalmente, do qual representa “o fenômeno sociológico de desvio ou transgressão da norma de gênero fato que caracteriza todas essas identidades e que faz com que elas sejam marginalizadas, excluídas e estigmatizadas pela sociedade” (p. 12).

Os transgêneros são percebidos na sociedade brasileira de muitas formas, dentre elas, um lado os vê como homossexuais imorais, promíscuos, sendo uma ameaça à família tradicional brasileira. Outro lado os vê como pessoas doentes, que vivem em conflito com o corpo que foi recebido no nascimento, tendo nascido no corpo errado (LANZ, 2014).

Lanz (2014) fala que neste mundo pós-moderno já não é possível afirmar com certeza o que é ser homem e o que é ser mulher, nem o que não é ser homem, nem o que não é ser mulher. Sendo também difícil afirmar outra categoria de gênero, como o caso da chamada identidade transgênero. As questões de transgeneridade muitas vezes são confundidas com as questões de orientação sexual, sendo os transgêneros reconhecidos como um “nível mais afetado” de homossexualidade e desta forma tornando invisível a identidade transgênera.

De acordo com Lanz (2014), não somente o gênero, mas o corpo também é uma criação social que pode ser moldado conforme convenções estabelecidas em uma sociedade, podendo os indivíduos construir e reconstruir seus corpos. Sendo assim, conforme Giddens (2005) o corpo humano e a biologia não estão dados e imutáveis e sim sujeitos do desejo humano em diferentes contextos sociais.

As dicotomias entre homens e mulheres, masculino e feminino, conceitos por muito tempo hegemônicos na sociedade estão com discursos vazios por falta de argumentos que sustentem as diferenças entre eles, os estereótipos do que é ser homem e o que é ser mulher estão cada vez mais confusos e sem fundamentação. Apesar disto, os chamados fundamentalistas de gênero, ou seja, as pessoas que acreditam na dicotomia e hegemonia dos gêneros masculino e feminino, continuam com discursos onde procuram cada vez mais obter controle sobre os corpos através do gênero (LANZ, 2014).

Apesar dos papéis de gênero parecerem cada vez mais confusos e vazios, as pessoas transexuais geralmente buscam referências nas pessoas cisgênero do gênero no qual se identificam, adotando nome, aparência e comportamentos femininos ou masculinos e procurando tratamento similar ou idêntico a qualquer outra mulher ou homem cis (JESUS, 2012).

Existem outros termos de vivências de papéis de gênero que não buscam reconhecimento e tratamento como transgênero, como o caso do *Crossdressers*, que se refere a homens heterossexuais que encontram satisfação emocional ou sexual ao vestirem-se como mulheres. *Drag Queens* é o termo que designa homens que se fantasiam de mulheres de forma artística e exuberante, já as mulheres que se fantasiam de homens são denominadas *Drag King*. Tanto *Drag Queen* quanto *King* são transformistas que utilizam a inversão de gênero como forma de entretenimento, diversão, mas não como identidade (JESUS, 2012).

De acordo com Lanz (2014) a palavra “transgênero” vem de transgressão, não de transformação, transtorno ou transição, por exemplo. Essa origem vem da transgressão à norma de gênero, pois quando há uma norma, há os desvios da norma. Em um cenário ideal não existiria a norma baseada no binarismo de gênero e desta forma não existira nenhum desvio de norma. Sendo esta transgressão que traz toda estigmatização e marginalização de tudo que foge da norma.

Um fato paradoxal e importante exposto por Lanz (2014) é que ao mesmo tempo em que os indivíduos transgêneros querem expor seu eu no mundo de uma forma que os façam sentir-se bem com sua existência, acabam fazendo esforços para justamente adequarem-se a matriz binária de gênero da qual transgrediram. A autora levanta uma questão importante “até que ponto a transição de um gênero para outro pode ser considerada transgressão do dispositivo binário de gêneros ou constitui apenas ‘uma outra forma’ de confirmação e ratificação dessa mesma norma?” (p. 30).

A questão levantada por Lanz traz à tona que, muitas vezes, ao invés de procurar a luta contra os estigmas e conservadorismos, os seres adaptam-se a norma para sentirem-se parte da sociedade, tendo uma atitude reacionária, ao invés de revolucionária. Apesar disto, obviamente devemos levar em consideração que as pessoas transgêneras já passam por muitas lutas e

resistências durante suas vidas e a adaptação dentro do sistema é uma forma de sobrevivência.

A corrente feminista que exclui as mulheres transexuais e travestis de suas pautas, conhecida como TERF (*trans-exclusionary radical feminist*) alega que os transgêneros sustentam e reforçam o dispositivo binário de gênero e o cissexismo. Jeffreys (2005) fala que a pessoa transgênera, principalmente as mulheres trans reforçam a dominação masculina sobre as mulheres.

Por outro lado, há também correntes do feminismo que enxergam o transgênero como revolucionário do gênero, como pessoas que desafiam a norma e compactuam com as lutas feministas. Butler (2014) fala que a posição da corrente TERF age em forma de policiamento das vidas trans, como uma “tirania feminista”, já que acredita numa ideia de que a transgeneridade é advinda de um discurso social e não que o discurso social é que molda o cissexismo.

### **2.3. Movimento trans no Brasil**

A igualdade de direitos e diversidade humana é registrada no Brasil desde a Constituição Federal de 1988. Onde houve a tentativa de equiparar todos os seres humanos residentes no país, apesar das inúmeras diferenças existentes no povo brasileiro, tentando “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Apesar disto, as pessoas transexuais, assim como outras minorias, buscam a cada dia seus espaços nas esferas sociais, através de lutas constantes por direitos igualitários e o fim da discriminação.

Os primeiros movimentos de luta reconhecidos pela academia atendiam prioritariamente as pautas das travestis e ao longo do tempo incorporaram outras bandeiras, como a dos transexuais. Dois modelos aparecem de maneira hegemônica na história do movimento trans no Brasil, sendo que um dos modelos surgem da autoorganização da própria minoria atingida em contraponto as violências policiais contra o grupo e o outro modelo advindo de ONGs ligadas ao movimento LGBT e/ou movimentos de campanha contra AIDS (CARVALHO e CARRARA, 2013).

A Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL) foi a primeira organização ativista da América Latina e segunda no mundo, surgiu em 1992,

no Rio de Janeiro, da necessidade de lutar contra a violência policial bastante presente nessa época, onde os policiais perturbavam a vida das travestis que buscavam seu sustento nas ruas da cidade, chegando ao ponto de não permitirem a prostituição de travestis em determinados pontos da cidade (CARVALHO e CARRARA, 2013). Ganhando repercussão na mídia, a primeira ação importante da ASTRAL foi o impedimento da prisão indiscriminada de travestis através de enfrentamento e manifestações.

A criação da ASTRAL também teve forte influência das campanhas de resposta à AIDS/HIV para pessoas em prostituição. De acordo com Carvalho e Carrara (2013) essa influência também foi importante para criação de outras organizações e projetos, como o Tulipa (2002-2007), TRANSpondo Barreiras: Rede de Saúde, Cidadania e Prevenção das DST/HIV (2008-2009). Projetos estes com objetivos de educar, prevenir e apoiar o grupo de risco.

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2019), em 1993 ocorreu o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS), organizado pelo grupo ASTRAL. Silva (2007) fala que nos primeiros encontros os “liberados”, geralmente gays e lésbicas com experiência política, utilizavam o encontro para debaterem suas pautas, como sexo seguro e camisinhas, sem levantarem questões críticas para população trans.

O encontro, aos poucos, passou a reunir representantes e lideranças trans de vários estados, possibilitando que as pautas trans fossem debatidas com foco no seu público, o que na maioria das vezes não ocorria em encontros LGBT que no geral focavam apenas nas pautas gays e lésbicas.

O ENTLAIDS passou a ser realizado anualmente, sendo sempre uma edição no Rio de Janeiro e outra em alguma cidade com o objetivo de implantação do movimento (CARVALHO e CARRARA, 2013). Por falta de recursos foram realizadas algumas edições bianuais, mas como o movimento ficara desarticulado retomaram os encontros anuais (ANTRA, 2019).

No terceiro encontro anual do ENTLAIDS, em 1995, a pauta principal foi da criação de uma rede onde pudessem ser concentradas as demandas de travestis e transexuais de todo o Brasil, que além de pautas relativas à AIDS também fossem levantadas propostas para cidadania e direitos humanos dos trans (ANTRA, 2019).

Primeiramente foi criada a Rede Nacional de Travestis (RENATA), procurando maior articulação das travestis. Em 1997, com o objetivo de aumentar o número de participantes da rede, foram adicionados os chamados “liberados”, formando assim a Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL).

Em 2000, a fim de tornar a nomenclatura mais próxima da realidade que a rede estava vivendo, o nome foi alterado para Articulação Nacional de Transgêneros, utilizando a sigla ANTRA. Esta denominação foi escolhida para que o termo “travesti” não fosse utilizado, já que era usualmente visto como pejorativo. Porém, com objetivo de não invisibilizar o termo e retirar o estigma designado a ele, ativistas da associação resolveram modificar novamente o nome. A partir de 2002 a ANTRA passou, então, a se chamar Associação Nacional de Travestis e Transexuais, nomenclatura utilizada até hoje.

Com a intensificação da comunicação das associadas, a rede ANTRA passou a ocupar espaços no cenário político nacional. Pela primeira vez, no Brasil, travestis entraram em diálogo com o governo federal, debatendo propostas para acabar com a discriminação de seu grupo. Então foi criada a campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos”, através da parceria entre a ANTRA e o Programa Nacional de DST/AIDS. A campanha foi lançada em 29 de janeiro de 2004, data que passou a ser considerada como dia nacional da visibilidade trans.

A autora Aline de Freitas, em 2005, trouxe o conceito de transfeminismo para o Brasil. O pensamento desta corrente foi oriundo do feminismo negro, que identificou a falta de sororidade do feminismo branco com outras realidades, incluindo as pessoas transgêneros (Pires, 2013; Luna, 2013). O pensamento transfeminista procura o direito da livre orientação sexual, livre expressão de gênero e a livre escolha de identidades possíveis. Entre as pautas de lutas transfeministas, de acordo com Alves (2012), estão:

1. Combate à violência discursiva e físico-verbal cissexista/transfóbica que é manifestada e institucionalizada através de linguajar preconceituoso que reforça estereótipos negativos às pessoas trans, além da violência física;

2. Direito reprodutivo para todos, procurando deslegitimar o discurso de que a gravidez é algo feminino e incluindo os homens trans nas pautas sobre aborto e possibilidade de gestação;
3. Dar poder de agência sobre seus corpos à população trans;
4. Desconstrução das identidades binárias;
5. Corpo-positividade e/ou empoderamento através da valorização dos corpos trans, procurando acabar com os estigmas dos corpos;
6. Livre sexualidade onde as pessoas trans se sintam confortáveis em viver quaisquer sexualidades e;
7. Utilização de terminologias que não essencializem ou invisibilizem a identidade trans.

Uma das reivindicações do movimento trans atualmente é que existam dados demográficos referentes à população LGBT, principalmente trans, desta forma, em março de 2018 a ANTRA oficializou uma ação na Defensoria Pública da União (DPU) a fim de que este órgão acione o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para inclusão dessas questões no próximo censo brasileiro, previsto para 2020 (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2019).

Pode ser observado outros movimentos da luta trans no Brasil. Após um episódio de assédio moral e violência psicológica exercida sobre uma funcionária terceirizada trans ao utilizar o banheiro feminino, o coletivo Prisma UFABC, junto ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT) e outros militantes independentes conseguiram, através de proibição de uma votação, que as pessoas trans utilizem banheiros de acordo com sua identidade de gênero na UFABC (QUERINO, 2017).

Bento (2014) fala que existe uma crescente mobilização em diversos países para que as pessoas trans tenham legalmente direito à cirurgia de transgenitalização e mudança de documentos. No Brasil, ao contrário dos outros países, inventou-se o nome social, onde pode ser utilizado em repartições públicas, universidades e bancos, por exemplo. O nome social pode ser um avanço para que essa população seja considerada de acordo com sua identidade em alguns órgãos, porém, é um movimento incompleto, já que não garante a troca dos documentos e reconhecimento do ser conforme sua identidade.

Todas as políticas e ações destinadas à população trans surgiram no ENTLAIDS, que 26 anos após a primeira edição, continua sendo o maior ponto de encontro para deliberações de pautas que proporcione direitos humanos e respeito para esta população viver com o mínimo de dignidade. De acordo com Silva e Barboza (2009), nos 15 primeiros anos o encontro sempre debateu temas similares, mas em cada ano com um foco específico e isto mostra que o Brasil pouco avançou em melhoria de vida para população trans, já que os mesmos temas precisavam ser debatidos constantemente.

Pensando no âmbito de Pelotas, existe a atuação de representantes das redes nacionais de transexuais e travestis nas universidades e no Conselho Municipal de Direitos e da Cidadania LGBT, que foi criado em novembro de 2015, através de projeto de emenda à Lei Orgânica Municipal. O conselho foi proposto pelo primeiro vereador homossexual da cidade, com vistas a ser o meio onde a comunidade pode reivindicar junto à prefeitura por políticas públicas nos âmbitos de saúde, educação, moradia, trabalho, segurança e outros direitos básicos (DIÁRIO DA MANHÃ, 2015).

Na criação do Conselho LGBT uma das primeiras propostas foi a reserva de 20% das vagas de concursos municipais para transgêneros. Além da proposta que atingiria diretamente a comunidade trans, outras propostas foram pensadas, como a de garantir que casais homossexuais pudessem participar do programa Minha Casa, Minha Vida; formular emenda ao Plano Municipal de Educação com vistas a incluir a promoção da diversidade de gênero e orientação sexual nos currículos; e um projeto de lei para punir empresas em situações de constrangimento e discriminação racial, de gênero ou sexual.

Em novembro de 2018 o Decreto Municipal nº 6.129 regulamentou o Conselho Municipal de Direitos e da Cidadania LGBT em Pelotas, e o Decreto Municipal nº 6.127 nomeou como travesti Juliana Martinelli a esquina das ruas Barão de Santa Tecla e Doutor Cassiano, tradicional ponto de prostituição de mulheres trans na cidade. Juliana Martinelli era uma travesti, educadora social e ativista na cidade de Pelotas do movimento LGBT, que faleceu em 2017 e foi homenageada por toda sua contribuição com o movimento na cidade.

### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa faz parte do cotidiano das pessoas e a pesquisa acadêmica pode servir para procurar soluções de problemas vivenciados. Leite, Silva e Martins (2017) falam que a pesquisa científica busca justificativas e explicações sobre certos fenômenos. Para analisar o processo de inclusão de pessoas trans na Universidade Federal de Pelotas, a pesquisa foi realizada conforme procedimentos metodológicos que são apresentados neste capítulo, divididos em duas seções. Na primeira seção são expostas as questões que servem de base para atender o objetivo geral do trabalho; na segunda seção é feito o delineamento da pesquisa e são apresentados os processos de coleta e análise dos dados.

#### **3.1. Perguntas de pesquisa**

Visando atender os objetivos do estudo e responder o problema levantado, procurou-se responder as seguintes perguntas:

- Quais são as iniciativas da UFPel perante a existência trans dentro da universidade?
- Existem demandas da comunidade trans dentro da UFPel? Se sim, quais são essas demandas?
- Quais iniciativas de inclusão e permanência de trans poderiam ser adotadas na UFPel?

#### **3.2. Delineamento da pesquisa, coleta e análise dos dados**

O tema abordado na presente pesquisa ainda é incipiente na academia e na instituição de origem do estudo, por isso foi escolhida a abordagem qualitativa para a investigação, procurando entender quais fenômenos que circundam o objeto de estudo e merecem atenção no tratamento da temática. O uso da abordagem qualitativa, para Gil (2017) propicia aprofundar a investigação através do contato direto com a situação estudada, pois busca-se o que era comum, mas mantém-se aberta para outras abordagens e significados.

Conforme explicitado na justificativa desta pesquisa, no capítulo um, os estudos sobre trans disponíveis no portal de periódicos da Capes e no Catálogo de dissertações e teses da Capes, nas áreas de ciências sociais e humanas, procura em sua maioria tratar sobre a inserção das pessoas trans no mercado de trabalho (IRIGARAY, 2010; RONDAS e MACHADO, 2013; CARRIERI, SOUZA e AGUIAR, 2014) ou abordar o mercado da prostituição (OLIVEIRA, 1997; PELÚCIO 2005; BENEDETTI, 2005; GARCIA, 2007; FERREIRA, 2016; PIZZI, PEREIRA e RODRIGUES, 2017).

Em relação à educação e a escolaridade, existem alguns estudos sobre ambiente escolar (BRAGA, 2012; ALVES e MOREIRA, 2015; FRANCO e CICILLINI, 2016), já que um dos primeiros impasses de realidade trans ocorre no ambiente escolar e muitas vezes não conseguem permanecer e ascender a outros níveis educacionais. Já os estudos relacionando transexuais e travestis com a universidade ainda são escassos (SCOTE, 2016; CARVALHO e OLIVEIRA, 2017).

Diante do exposto, quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se como exploratória, Brasileiro (2013) fala que esse tipo de pesquisa é realizado em situações em que não existe muito conhecimento acumulado sobre o assunto na academia. Segundo Zikmund (2013), os estudos exploratórios, podem ser úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias. Para Gil (2017) estes tipos de pesquisas são planejados com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Os meios para investigação e realização da pesquisa podem ser variados. Na presente pesquisa o procedimento utilizado é o estudo de caso. Sendo este feito na Universidade Federal de Pelotas. Dencker (2000) fala que esse tipo de estudo é utilizado para compreender determinados fenômenos de maneira profunda e detalhada. Gil (2017) fala que diferentemente de outros tipos de pesquisa, as etapas do estudo de caso não possuem uma sequência rígida, sendo mais flexível, onde o que foi feito em uma etapa interfere nas próximas.

O projeto de pesquisa inicial previa a investigação de como poderiam ser adotadas cotas de ingresso para trans dentro da UFPel, por conta de ser a instituição de origem do estudo e por esse debate estar ocorrendo em outras instituições de ensino superior públicas do Brasil, principalmente nos anos de 2017 e 2018. Na etapa de qualificação do projeto pôde ser observado que

existem pautas anteriores a só oferecer meios de ingresso na universidade, devendo ser considerada a importância da permanência e como a universidade se move para incluir essas pessoas nos seus espaços.

A escolha da UFPel se deu desde o projeto inicial pelos motivos expostos acima e manteve-se na alteração do projeto, já que existe a demanda pela pesquisa, os dados iniciais já haviam sido levantados, maior facilidade de conseguir novos dados e como uma forma de contribuir para a instituição que propiciou a realização da pesquisa.

De acordo com Brasileiro (2013) os instrumentos que subsidiam o estudo de caso geralmente se dão por meio de observação, análise de documentos, entrevista e história de vida. Neste estudo o processo de coleta de dados incorporou fontes primárias e secundárias, onde foram utilizadas a análise de documentos e entrevistas.

O processo de coleta de dados iniciou de uma investigação ampla onde foram analisados documentos normativos do governo federal do Brasil, governos estaduais, governo municipal e de algumas universidades, como a Constituição Federal de 1988, Código Civil, Leis, Portarias, Decretos e Resoluções. Após essa análise externa, foram pesquisados documentos normativos da UFPel. Os documentos analisados estão elencados na Tabela 1, ordenados de acordo com a sua data de publicação oficial.

A tabela 1 está dividida em cinco colunas. A primeira coluna demonstra em qual âmbito o documento tem vigor, podendo ser federal, estadual, municipal ou local, no caso das universidades. Na segunda coluna está o nome do documento e como ele pode ser identificado. Na terceira coluna consta a data de sua publicação oficial. O objetivo do documento está exposto na quarta coluna. Já na quinta coluna são expostos os motivos da utilização dos documentos neste estudo.

Tabela 1 – Documentos utilizados na pesquisa

Nível	Documento	Data	Objetivo do documento	Utilização na pesquisa
<b>Universidade Federal de Pelotas</b>	Regimento Geral da Universidade <sup>5</sup>	11/02/1969	O Regimento Geral dispõe sobre aspectos gerais e comuns da estrutura e	Analisar os direitos e deveres dos alunos da UFPel e

<sup>5</sup> Fonte: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/regimento/> Acesso em: 19 de setembro de 2019.

			funcionamento dos órgãos, serviços e atividades da Universidade Federal de Pelotas.	utilização dos seus espaços.
<b>Federal</b>	Constituição Federal de 1988 <sup>6</sup>	05/10/1988	Lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.	Analisar os direitos e deveres dos seres humanos no Brasil.
<b>Federal</b>	Lei nº 10.406 – Código Civil <sup>7</sup>	10/01/2002	Instituição do Código Civil Brasileiro.	Analisar os direitos e deveres dos seres humanos no Brasil.
<b>Federal</b>	Lei nº 10.558/2002 <sup>8</sup>	13/11/2002	Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências.	Análise do Programa Diversidade na Universidade.
<b>Federal</b>	Decreto nº 6.096/2007 <sup>9</sup>	24/04/2007	Criação do REUNI.	Analisar as diretrizes de criação do REUNI e expansão da universidade.
<b>Estado do Pará</b>	Portaria nº. 16/2008-GS <sup>10</sup>	02/01/2008	Utilização do nome social na rede estadual de ensino do Pará	Verificar a primeira normatização sobre o uso do nome social no Brasil.
<b>Universidade Federal do Amapá</b>	Resolução nº 13/2009-CONSU <sup>11</sup>	19/10/2009	Normatização do nome social na Universidade Federal do Amapá	Verificar a primeira normatização de nome social em universidade federal no Brasil.
<b>Federal</b>	Portaria nº 233/2010 <sup>12</sup>	18/05/2010	Regulamentação do nome social para servidores federais	Verificar a primeira normatização de nome social em âmbito federal.
<b>Estadual</b>	Decreto nº 48.118/2011 <sup>13</sup>	27/06/2011	Carteira de Nome Social no RS	Análise dos parâmetros para emissão de CNS no Rio Grande do Sul.

<sup>6</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso em: 19 de julho de 2018.

<sup>7</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm) Acesso em: 23 de agosto de 2018.

<sup>8</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10558.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10558.htm) Acesso em: 25 de julho de 2019.

<sup>9</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm) Acesso em: 30 de agosto de 2019.

<sup>10</sup> Fonte: <http://missionariojoao.no.comunidades.net/portaria-n-016-2008-8211-gs-estado-do-para> Acesso em: 15 de março de 2019.

<sup>11</sup> Fonte: <https://www2.unifap.br/consu/files/2011/07/Resolu%c3%a7%c3%a3o-013-09-Travestis-e-Transexuais.pdf> Acesso em: 23 de março de 2019.

<sup>12</sup> Fonte: [http://www.mpgp.br/porta1web/hp/41/docs/portaria\\_233.pdf](http://www.mpgp.br/porta1web/hp/41/docs/portaria_233.pdf) Acesso em: 05 de abril de 2019.

<sup>13</sup> Fonte: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=156225> Acesso em: 28 de abril de 2019.

<b>Federal</b>	Lei nº 12.711/2012 <sup>14</sup>	29/08/2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.	Análise da lei das cotas no Brasil.
<b>Universidade Federal de Pelotas</b>	Resolução nº 6/2013 <sup>15</sup>	24/07/2013	Normatização do nome social na UFPel	Análise da normatização do nome social na UFPel.
<b>Federal</b>	Recurso Extraordinário nº 845.779 <sup>16</sup>	13/11/2014	Uso dos banheiros conforme identidade de gênero	Análise do julgamento do RE nº 845.779.
<b>Federal</b>	Resolução nº 12/2015 CNCD/LGBT <sup>17</sup>	16/01/2015	Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.	Análise da primeira Resolução com normatização do uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero.
<b>Federal</b>	Decreto Presidencial nº 8.727/2016 <sup>18</sup>	28/04/2016	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	Uso do nome social em toda rede pública federal.

<sup>14</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm) Acesso em: 20 de abril de 2019.

<sup>15</sup> Fonte: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/07/RES.06.2013.Identidade-Civil.pdf> Acesso em: 31 de julho de 2019.

<sup>16</sup> Fonte: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/311628889/repercussao-geral-no-recurso-extraordinario-rg-re-845779-sc-santa-catarina-0057248-2720138240000> Acesso em: 15 de maio de 2019.

<sup>17</sup> Fonte: [http://www.lex.com.br/legis\\_26579652\\_RESOLUCAO\\_N\\_12\\_DE\\_16\\_DE\\_JANEIRO\\_DE\\_2015.aspx](http://www.lex.com.br/legis_26579652_RESOLUCAO_N_12_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2015.aspx) Acesso em: 30 de maio de 2019.

<sup>18</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm) Acesso em: 22 de junho de 2019.

<b>Federal</b>	Lei Federal nº 13.409/2016 <sup>19</sup>	28/12/2016	Dispõe sobre cotas para pessoas com deficiência	Análise sobre cotas para pessoas com deficiência.
<b>Universidade Federal do ABC</b>	Portaria nº 261/2017 <sup>20</sup>	31/07/2017	Regulamenta e garante o uso dos banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero na UFABC	Análise da primeira regulamentação de uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero em universidade brasileira.
<b>Federal</b>	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275 <sup>21</sup>	01/03/2018	Alteração do registro civil sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual	Análise da ADI 4.275 para alteração do Registro Civil.
<b>Federal</b>	Provimento nº 73/2018 <sup>22</sup>	29/06/2018	Normatiza os documentos para alteração do registro civil	Análise dos documentos necessário para alteração do registro civil de transgêneros.
<b>Federal</b>	Recurso Extraordinário nº 670.422/2018 <sup>23</sup>	15/08/2018	Alteração do registro civil sem a realização da redesignação sexual	Análise do recurso que aprova a alteração do registro civil sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os documentos foram selecionados de acordo com o aprofundamento no assunto e visando atender os objetivos da pesquisa. Todos estão disponíveis para acesso pela internet de forma gratuita e estão referenciados nas notas de rodapé do presente trabalho.

Além da análise de documentos, foram coletados dados primários, com a realização de sete entrevistas, onde os roteiros estão disponíveis nos Apêndices, ao final do trabalho. Segundo Cerro, Bervian e Silva (2006) a entrevista é uma das principais técnicas de coletas de dados, podendo ser definida como

<sup>19</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm) Acesso em: 12 de junho de 2019.

<sup>20</sup> Fonte: <https://esquerdadiario.com.br/UFABC-aprova-uso-dos-banheiros-segundo-genero-auto-reconhecido> Acesso em: 30 de setembro de 2017.

<sup>21</sup> Fonte: <https://www.conjur.com.br/dl/voto-celso-mello-adi-4275-stf-autoriza.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2019.

<sup>22</sup> Fonte: <https://www.portaldori.com.br/2018/07/05/provimento-no-73-do-cnj-ja-esta-em-vigor-e-deve-ser-cumprido-pelo-rcpn/> Acesso em: 30 de junho de 2019.

<sup>23</sup> Fonte: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4192182> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

conversa realizada “cara a cara” pelo pesquisador e entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto.

Foi utilizada a entrevista semiestruturada, de acordo com Oliveira (2011), as entrevistas semiestruturadas são definidas como uma lista de informações desejadas de cada entrevistado, “mas a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são feitas irão variar de acordo com as características de cada entrevistado” (p. 36).

Conforme expõe Manzini (2008), para atingir o objetivo da pesquisa e adquirir os dados necessários, a entrevista possui três fases. Primeiramente é elaborado um roteiro de entrevista, que neste caso foi feito a partir das discussões realizadas no referencial teórico. Depois há o processo de coleta de dados, ou seja, a entrevista propriamente dita (MANZINI, 2008), onde foram realizadas as sete entrevistas com pessoas da UFPel. E após é feito o processo de transcrição do conteúdo coletado (MANZINI, 2008).

Vale ressaltar que para preservar as identidades dos entrevistados os mesmos não são citados durante o texto através de seus nomes e são denominados como Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistada 3, Entrevistado 4, Entrevistada 5, Entrevistado 6 e Entrevistada 7. E o perfil das entrevistas estão resumidas na tabela 2.

Partindo do princípio do projeto inicial de cotas para trans na universidade, apesar do trabalho não focar nesse tema, ele ainda continuou na discussão. Dessa forma, além dos documentos analisados, existia e necessidade de desvendar se existia uma discussão e como estava ocorrendo dentro da universidade. Para isto um dos órgãos que poderia responder essa questão seria o Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade (NUUAD), que trata das questões de cotas dentro da universidade.

Ao visitar o NUUAD, houve tentativa de agendamento de entrevista com alguém do núcleo para discutir sobre o tema, mas ao introduzir os objetivos da entrevista com três servidores do núcleo, eles informaram que não existe nenhuma tratativa regulamentada por lei referente a cotas para trans e que dentro do núcleo não é uma pauta existente, aconselhando a entrevista com o Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGEN).

Além da indicação do NUAAD, no decorrer do levantamento de dados secundários das discussões sobre trans na UFPel, verificou-se que o NUGEN

poderia ser um dos entrevistados, já que o núcleo cuida das questões relativas a gênero e diversidade da universidade, desta forma, foi realizada uma entrevista com um dos participantes do núcleo e servidor da UFPel.

A entrevista foi realizada na sede do NUGEN, em setembro de 2019 e teve duração de 1h30. O entrevistado em questão é denominado ao decorrer do trabalho como Entrevistado 1 e o roteiro de entrevista utilizado está disponível no Apêndice A. Foram levantadas questões diversas sobre a atuação do núcleo nas pautas trans da universidade e a percepção sobre demandas e oportunidades que ainda existem para criação de um ambiente mais inclusivo para os transgêneros na UFPel.

Outra pauta encontrada no levantamento de dados secundários foi a utilização do nome social e troca de registro de nome de pessoas trans na universidade. Como os documentos analisados não supriram toda necessidade do trabalho, surgiu a demanda de entrevistar a Coordenação de Registros Acadêmicos da UFPel (CRA).

Ao entrar em contato com o CRA um servidor se propôs a ser entrevistado e foi realizada a entrevista em setembro de 2019, na sede do CRA. A necessidade desta entrevista foi pontual, já que muitas informações já haviam sido coletadas através de documentos da universidade, desta forma, durou 10 minutos e neste estudo o entrevistado é denominado como Entrevistado 2. O roteiro da entrevista está disponível no Apêndice B.

O Entrevistado 2 não pôde responder todas as questões e sugeriu o aprofundamento das questões com a coordenadora do órgão. A entrevista com a coordenadora foi realizada em setembro de 2019, na sede do CRA, teve duração de 15 minutos e o relato está denominado neste trabalho como Entrevistada 3. O roteiro foi o mesmo utilizado com o Entrevistado 2 e está disponível no Apêndice B.

Os objetivos destas entrevistas do CRA foram averiguar sobre o processo de alteração de registro de pessoas trans; processo de adoção do nome social; emissão de certificados e diplomas; quantidade de alunos trans e estatísticas; e procurar quais demandas ainda existem em relação a estes assuntos dentro da universidade.

Além da percepção de servidores sobre a atuação da universidade nas questões relativas as pessoas trans, foram realizadas quatro entrevistas com

peças transgênero que fazem parte da comunidade acadêmica, sendo um servidor e três alunos de cursos de graduação.

A entrevista com o servidor trans (Entrevistado 4) teve o objetivo de verificar se existem implicações entre sua transgenia e a forma como é tratado dentro da universidade e como enxerga as ações da universidade perante a existência de pessoas trans nos seus espaços. Ela foi realizada em novembro de 2019, na unidade de alocação do servidor e teve duração de 1h20, o roteiro da entrevista está disponível no Apêndice C.

As entrevistas com discentes trans buscaram analisar a percepção desses alunos sobre os processos de inclusão de pessoas trans na UFPel que já ocorrem e sobre as demandas que ainda existem. O roteiro das três entrevistas está disponível no Apêndice D.

A primeira entrevista com discente foi realizada com uma aluna trans (Entrevistada 5), em setembro de 2019, no Campus Anglo da UFPel e teve duração de 20 minutos. A segunda entrevista foi realizada com um aluno trans (Entrevistado 6), em novembro de 2019, na residência dele e teve duração de 55 minutos. A terceira entrevista foi realizada com uma aluna trans (Entrevistada 7), em novembro de 2019, a residência dela e teve duração de 1h10.

Tabela 2 – Resumo dos entrevistados

Entrevistado	Situação	Data	Local	Duração
1	Servidor do NUGEN	09/2019	UFPel	1h30min
2	Servidor do CRA	09/2019	UFPel	10min
3	Servidora do CRA	09/2019	UFPel	15min
4	Servidor trans	11/2019	UFPel	1h20min
5	Aluna trans	09/2019	UFPel	20min
6	Aluno trans	11/2019	Casa do entrevistado	55min
7	Aluna trans	11/2019	Casa da entrevistada	1h10min

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A transcrição das entrevistas foi feita pela autora e nesse momento foi possível uma pré-análise do material. O mesmo pôde ser melhor analisado após a transcrição e leitura completa do conteúdo, onde houve a interpretação dos dados coletados paralelamente a teoria que sustenta este trabalho. Da análise das entrevistas emergiram as temáticas que são debatidas na análise dos dados.

No presente estudo é utilizada a triangulação de fonte de dados, onde foram analisados documentos referentes a leis e outros registros com poder jurídico a nível federal (Brasil), estadual (Rio Grande do Sul), municipal (Pelotas); documentos da Universidade Federal de Pelotas e de outras universidades; além de entrevistas com órgãos que lidam com ações para pessoas trans que fazem parte da UFPel e entrevistas com pessoas trans da universidade.

Através do estudo sobre as pautas do movimento trans no Brasil, a pesquisa passou a ser estruturada do macro para o micro, começando com o levantamento de decisões judiciais e discussões que envolvem pessoas trans e a educação superior. Primeiro foram analisados os documentos em nível federal, seguido dos documentos referentes ao nível estadual e depois a nível municipal. As universidades como autarquias ou fundações possuem autonomia para decidir sobre alguns aspectos específicos, por isso ao longo do estudo pode ser observado que algumas universidades utilizam de sua autonomia para criar ações de inclusão para pessoas trans.

As categorias em que foram separados e analisados os dados incluíram principalmente o acesso e a permanência das pessoas trans na universidade e foram assim categorizados por conta dos achados na análise dos documentos e das entrevistas. No próximo capítulo será apresentada a discussão e a análise dos dados, que estão divididos em três seções e duas subseções que procuraram entender as iniciativas e demandas da UFPel para inclusão das pessoas trans nos seus espaços universitários.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

A Constituição brasileira de 1988 propõe o direito à igualdade, à liberdade e ao pluralismo a todos brasileiros e estrangeiros residentes em seu território, fazendo com que o ordenamento jurídico brasileiro seja norteado por esses princípios e outros que se assemelham, na busca pela manutenção das especificidades de cada um dos seres, promoção das diferenças e união entre o povo.

O princípio da isonomia, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, é também conhecido como Princípio da Igualdade e prevê que “todos são iguais perante à lei, sem distinção de qualquer natureza”, procurando vedar diferenciações arbitrárias e absurdas dos legisladores, intérpretes e demais autoridades públicas ou privadas.

A dignidade da pessoa humana é um princípio político-constitucional que faz parte dos princípios fundamentais ou estruturais do Estado Constitucional. No art. 1º, inciso III, da Constituição de 1988, consta que o estado democrático deve estar sempre pautado na dignidade da pessoa humana. Teórica e legalmente, as legislações e ações dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário deveriam ser realizadas levando em consideração esse princípio.

Na prática é observável que nem sempre os princípios de igualdade e preservação da dignidade da pessoa humana são respeitados. Muitas vezes a legislação acaba seguindo um conservadorismo que não proporciona o atendimento das premissas dos princípios constitucionais e, no caso destes dois princípios, não propiciando a igualdade e dignidade de toda população da forma esperada.

Pensando nas questões práticas relativas a direitos dos transgêneros, é possível encontrar diversos direitos básicos ainda não conquistados. As questões que os circundam sempre acabam tomando rumos polêmicos e discussões imparciais. Gomes (2016) fala que apesar dos princípios constitucionais existirem para respaldar algumas decisões, nem sempre os tribunais e constituintes das cortes constitucionais agem de forma acolhedora com grupos socialmente oprimidos.

Neste capítulo é feita a análise dos dados encontrados na pesquisa, começando com a seção 4.1. que trata sobre o “acesso de trans na educação

superior”; seguido da seção 4.2, que aborda a “permanência dos trans na educação superior”, contendo duas subseções, divididas em 4.2.1. “Alteração do registro civil e a utilização do nome social na UFPel” e 4.2.2. “Utilização de banheiros por transgêneros”. O caminho proposto nessas seções e subseções foi a explanação geral do âmbito nacional até chegar ao âmbito da Universidade Federal de Pelotas. Já a seção seguinte faz uma abordagem geral dos achados nas seções anteriores e aborda 4.3. “A inclusão de pessoas trans na UFPel”.

As lutas das minorias sofrem vários ciclos, seus direitos demoram muito para serem conquistados e não são perpétuos, sendo na maioria das vezes retirados com maior facilidade do que foram adquiridos. Desta forma, ao mesmo tempo que por muito tempo o movimento trans lutou por algumas pautas e conseguiu o atingimento, podemos observar nas próximas seções que alguns direitos retrocederam e necessitam de uma reluta ou uma nova pauta de luta.

#### **4.1. ACESSO DE PESSOAS TRANS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Apesar de acordos internacionais de direitos humanos em que o Brasil se propôs a promover a educação do público trans, poucos foram os feitos até o momento. As iniciativas de criação e utilização de cotas são tomadas pelas próprias universidades, já que ainda não existe nenhum regulamento do Ministério da Educação (MEC), tampouco políticas públicas destinadas à inclusão de pessoas trans nas universidades.

De acordo com o atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub, não há nenhum estudo para ampliar o número de cotas para população trans e as universidades têm autonomia para escolherem ou não adotar essa política de ação afirmativa (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

No que tange gênero e sexualidades, Vianna (2012) menciona a importância dos movimentos sociais que abrangem estes temas na luta perante o Estado para execução e ampliação de políticas públicas. Freitas (2015) fala que as políticas públicas deste segmento ainda procuram garantir o básico, de sobrevivência, sem se aprofundar em questões como a socialização efetiva na educação e profissionalização. De acordo com a autora “existe uma abundância de planos, programas, conferências, reuniões e burocracia, porém, a execução de políticas públicas mais efetivas ainda está por vir” (FREITAS, 2015, p. 106).

As cotas sinalizam um caminho possível para construir oportunidades educacionais no ensino superior para o público trans. Os anos de 2017 e 2018 são marcados para comunidade trans por suas conquistas significativas referentes à educação. Os primeiros passos para maior acesso de pessoas trans nas universidades foram dados, com ações afirmativas traduzidas em cotas de ingresso a universidades públicas em cursos de graduação e pós-graduação.

O processo de inclusão se deu, em um primeiro momento, a partir da pós-graduação. Em março de 2017 a Universidade Federal do Paraná (UFPR) recebeu, através do sistema de cotas, sua primeira aluna trans. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir de setembro de 2017, também passou a adotar o sistema de cotas na pós-graduação para travestis e transexuais. Já no final de 2017 a Universidade Federal do Cariri (UFCA) iniciou uma análise sobre a implantação das cotas para trans na pós-graduação.

De acordo com a Entrevistada 7, as cotas para pós-graduação são extremamente necessárias, mas um problema anterior é o ingresso na graduação, tendo em vista a dificuldade dessa comunidade em adquirir uma formação escolar de qualidade. Em 2018, pela primeira vez, no Brasil, foram disponibilizadas cotas para transgêneros em cursos de graduação em uma universidade pública federal, sendo pioneira a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Na graduação a reserva de vagas é destinada aos alunos que cursaram o ensino médio em escola pública e não conseguiram acesso à universidade por meio da ampla concorrência ou reserva de vagas das escolas públicas. Na pós-graduação não existem essas ressalvas, podendo concorrer a vaga de cota qualquer indivíduo autodeclarado travesti ou transexual.

Assim como ocorre com indígenas e quilombolas, a reserva nas universidades que já aderiram as cotas para trans segue o modelo supranumérico, sendo acionada apenas quando há a necessidade e sendo restrita a uma vaga por curso. A fim de evitar fraudes, comissões dentro das universidades ficam responsáveis pela avaliação das candidaturas e autodeclarações, assim como ocorre com os cotistas de outros grupos de minorias (negros, pardos, indígenas, quilombolas e deficientes).

A Universidade Federal do ABC (UFABC) aderiu às cotas para trans na sua Escola Preparatória, projeto que trabalha com um curso gratuito de

preparação para o ENEM. A iniciativa foi do coletivo LGBT Prisma UFABC, que iniciou uma campanha, em 2017, para a implantação de cotas para pessoas trans na graduação e pós-graduação (CARTA CAPITAL, 2018).

A UFABC destinou 32 vagas para comunidade trans, que representa cerca de 1,5% do total de vagas disponíveis. As vagas foram oferecidas via Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e só 15 foram preenchidas. Dentre as 15 vagas preenchidas na UFABC, só uma foi para uma mulher trans. O cálculo para reserva de vagas foi baseado na população trans dos Estados Unidos, já que não existem números consolidados sobre a população trans no Brasil, falou a pró-reitora adjunta de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da UFABC (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

A Entrevistada 7 diz que na cidade de Pelotas ainda não existe tanta demanda de mulheres trans para acessar a universidade pois poucos conseguem terminar o ensino fundamental e médio. Ela possui um projeto pessoal, ou seja, sem vínculo com a universidade, que incentiva a comunidade trans de Pelotas a retomar os estudos e conseguir concluir os graus de escolaridade.

Em pesquisa realizada pela Folha de São Paulo, até maio de 2019 foram constatadas 12 universidades públicas federais, de um universo de 63, que já aderiram as cotas para trans nos cursos de graduação e/ou pós-graduação, conforme tabela 3.

Tabela 3 - Universidades com cotas para alunos trans

Universidade	Modalidade	Cursos	Vagas
<b>UFABC</b>	Graduação	Bacharelado em ciência e tecnologia e bacharelado em ciências e humanidades	32
<b>UFMT</b>	Pós-Graduação	Estudos de cultura contemporânea e estudos de linguagem	Varia por edital
<b>UFRGS</b>	Pós-Graduação	Comunicação, sociologia, educação, artes cênicas, história, psicologia social e institucional, saúde coletiva e ensino de história	Varia por edital
<b>UnB</b>	Pós-Graduação	Comunicação	Varia por edital
<b>UFPR</b>	Pós-Graduação	Desenvolvimento territorial sustentável	6

<b>UFBA</b>	Graduação e Pós-Graduação	Todos	Variável
<b>UFRB</b>	Pós-Graduação	30, entre eles ciências agrárias, ciências sociais, comunicação	1 por curso
<b>UFSB</b>	Graduação e Pós-Graduação	Bacharelados e licenciaturas interdisciplinares	Ao menos 50 vagas na graduação, na pós variam por edital
<b>UFF</b>	Pós-Graduação	Sociologia, psicologia, entre outros	Variam por edital
<b>UFSC</b>	Pós-Graduação	Educação e ciências humanas, entre outros	Variam por edital
<b>UFRPE</b>	Pós-Graduação	41, entre eles, botânica, física aplicada, ciências do solo	Variam por edital
<b>UFRJ</b>	Pós-Graduação	Artes da cena, comunicação, dança, educação, filosofia, políticas públicas em direitos humanos e psicologia	Variam por edital

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.<sup>24</sup>

Em julho de 2019, a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) anunciou um edital de vestibular específico para população trans, ofertando 120 vagas ociosas, em 19 cursos presenciais. De acordo com o portal Gazeta (2019) um dia após o início das inscrições, o presidente Jair Bolsonaro informou, em uma rede social, que após intervenção do Ministério da Educação (MEC), a reitoria suspendeu imediatamente o edital e se posicionou pela sua anulação a posteriori do processo seletivo.

A autonomia universitária é assegurada no art. 207, da Constituição de 1988, onde “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Apesar disto, o atual governo, através do MEC, se posicionou de forma contrária a medida e expôs o argumento de que não havia base legal para elaboração da ação afirmativa.

<sup>24</sup> Dados extraídos da reportagem “Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federiais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

Alves e Galeão-Silva (2004) levantam uma questão importante para as políticas de diversidade no Brasil, que no país existe grande dificuldade de identificar alguns grupos discriminados, pois existe um mito de democracia e igualdade que apenas os indivíduos opressores enxergam e eles são os que mais detém poder. Dessa forma, as majorias tentam transpassar a ideia de igualdade e desmoralizar as lutas por direitos igualitários advindas das minorias.

Levando em consideração os diferentes grupos de minorias, pode-se observar que as ações afirmativas para a população negra, no Brasil, possuem uma história de muitos avanços e recuos, e isto decorre da ideia de igualdade, de que o país é democrático racialmente, onde muitos acreditam nesta tese e acham desnecessárias as políticas públicas voltadas a este público, causando um conflito político e ideológico (DIAS, 2015).

Em relação à UFPel, o Entrevistado 1 fala que o debate sobre cotas para trans é fomentado dentro da universidade, principalmente pelo NUGEN e alguns membros da sua comunidade trans. Ele diz que ao pensar no público atendido pelas cotas, o foco principal é na população trans feminina, que é tradicionalmente marginalizada, com 90% da população em situação de prostituição, porém, não existe a possibilidade de restringir o público que será atendido desta forma, entre feminino e masculino.

Na percepção dos Entrevistados 1, 6 e 7 a UFPel ainda precisa se preparar melhor para aderir as cotas para trans, pensando formas de permanência dessas pessoas na universidade, além de promover o ingresso. Uma fala comum entre esses três entrevistados é que os servidores e discentes precisam entender e aceitar mais os indivíduos trans.

Apesar disto, o Entrevistado 1 diz que é improvável pensar em cotas apenas quando não mais existirem pessoas preconceituosas com o público trans e outras minorias dentro da universidade, já que a diminuição desses efeitos também se dá quando essas minorias conseguem adentrar os espaços que são seus por direito e tornam-se visíveis dentro deles.

Para a Entrevistada 5, as cotas são um começo para a inclusão, como um pequeno passo, mas que não traria tanto retorno para comunidade trans quanto algumas outras formas de apoio que a universidade pode fornecer para esta comunidade. Ela enxerga que medidas de permanência são essenciais para

universidade iniciar um processo de preparação para as cotas e para ter mais trans dentro dos seus espaços sem tanta evasão.

Nas universidades que já aderiram as cotas para trans, os processos estão sendo feitos através de autodeclaração. No processo de autodeclaração, como ocorre com as cotas raciais, existe banca especializada para definir se a pessoa está de acordo com a declaração ou não.

De acordo com o Entrevistado 6, na UFRGS está em trâmite um processo para investigar uma possível fraude no ingresso via cotas para trans na pós-graduação, pois um aluno autodeclarado trans durante o processo seletivo, após um semestre cursando como aluno trans declarou-se como gênero fluído e voltou a sua identidade cisgênero.

Essa situação mencionada acima vai de encontro com o que fala o Entrevistado 1 sobre o processo seletivos para as cotas. Na visão dele, atualmente não há, dentro da UFPel, algum processo burocrático que oprima a comunidade trans de alguma forma. Mas ele acredita que a opressão pode ocorrer no processo de autodeclaração caso sejam instituídas as cotas.

Ele fala que na questão trans as características que os classificam dessa forma vão além de características físicas e as cotas, se instituídas, vão precisar abordar homens e mulheres trans, com ou sem cirurgia de redesignação. Por isso o processo exige cuidado para não ocorrer fraudes, como já ocorreram algumas vezes no sistema de cotas raciais dentro da UFPel<sup>25</sup>.

O processo de concessão e escolha de quem é ou não é trans nos olhos da universidade é delicado para ambas as partes, para a universidade que precisa se proteger e ser justa no processo e para os futuros alunos trans que podem ser constrangidos de alguma maneira durante o processo de seleção.

Sobre cotas para trans, a Entrevistada 7 diz estar com a missão de criar as cotas pra trans dentro da universidade junto com o Núcleo de Gênero. Como integrante do núcleo ela está fazendo uma pesquisa para arrecadar dados, legislação e vai montar um pré-projeto para apresentação na reitoria e outros órgãos. Ela anseia que a apresentação e formalização do pedido na universidade

---

<sup>25</sup> Dados extraídos da reportagem “UFPel investiga fraudes em cotas raciais”. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2016/11/07/ufpel-investiga-fraudes-em-cotas-raciais/> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

sejam feitos no primeiro semestre de 2020 para que em 2021, se tudo der certo, o projeto já esteja sendo executado.

A Entrevistada 7 enxerga que só as cotas não bastam, que precisam ser revistas as ferramentas de permanência das pessoas trans para que quem entrar não sofra preconceito, na sua visão:

Precisa ter mais atendimento psicológico e assistência social dentro da universidade para dar suporte após o ingresso de pessoas trans na universidade, porque entrar na universidade pelas cotas tá, mas ficar 4 ou 5 anos numa pressão psicológica talvez não de professores, mas de alunos, que talvez vão dizer 'ah, tu não era pra estar aqui' e isso pode fazer com que pessoas que entram na faculdade trans e travesti, comecem a desistir, então precisa melhorar a equipe de psicólogos da universidade, de assistência social da faculdade, fazer com que essas pessoas sejam preparadas pra essa demanda e que essas fontes de auxílio sejam preparadas para as demandas LGBTQTS e principalmente de trans que são o grupo mais oprimido. Pra quando criarem as cotas e as pessoas entrarem elas saberem que podem entrar que vão ter suporte dentro da faculdade, não precisando procurar fora, é uma coisa que no pré-projeto eu já vou colocar sobre essa preocupação (ENTREVISTADA 7).

As cotas para trans na UFPel são vistas de forma relevante pelos entrevistados, como uma discussão e um projeto necessário, apesar de os fatores de promoção da permanência dessas pessoas parecerem mais importantes em um primeiro momento. A ideia de cotas para trans na UFPel vem de uma iniciativa do NUGEN que ainda está na fase de levantamento de dados para elaboração do projeto, sendo atualmente um possível projeto que pode colher frutos dentro de alguns anos.

#### **4.2. PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

De acordo com Fleury (2000) a sociedade brasileira possui graves problemas de justiça social, onde a gestão da diversidade pode ser positiva por representar iniciativas de inclusão social como uma forma de reparação histórica para os grupos de minorias, mas é importante lembrar que inclusão não é apenas empregar ou reservar vagas a indivíduos pertencentes a minorias. A inclusão é algo maior, onde o indivíduo é capaz de sentir-se parte do ambiente no qual está interagindo (FREURY, 2000).

Arroyo (2010, p. 1391) fala que “a relação entre educação, políticas públicas, Estado e desigualdades vai deixando lugar a políticas de inclusão, escola inclusiva, projetos inclusivos, currículos inclusivos”. Pensando no universo educacional, em especial a Educação Superior, Dias (2015) fala que a educação traz questões que existem na sociedade em que está inserida e que historicamente procuram-se meios para diminuição de diferenças e para as inserções sociais, desta forma, os conceitos legitimados na sociedade, os preconceitos existentes nesta sociedade e as formas de diminuição destes últimos também precisam ser analisadas no ambiente educacional.

Conforme relatos das entrevistas 1, 4, 5, 6 e 7, tão ou mais importante que proporcionar o acesso na educação superior, são as ferramentas para manter os estudantes na universidade com o menor índice de evasão possível. A igualdade de tratamento e inclusão das minorias precisam ser recorrentes no ambiente acadêmico, tanto em pesquisas, projetos, quanto na gestão da universidade.

A Entrevistada 7 diz que teve um acolhimento muito grande por parte da universidade nos ambientes em que já frequentou, no campus que tem aula e onde já fez cadeiras optativas, enxerga um ambiente de respeito tanto por parte de terceirizados quando por professores e técnicos administrativos. Ela fala que não sabe como ocorre o acolhimento em outros espaços, mas que nos espaços que frequenta já conseguiu construir muitas ações com professores e já participou de muitos eventos com espaço de fala para fomentar a discussão sobre sexualidade e gênero.

Ao ser aprovada para ingresso na universidade, a Entrevistada 7 conta que começou a cursar a graduação com medo, pois não sabia o que a esperaria pelo fato de ser trans, mas teve um acolhimento muito forte por parte dos veteranos e colegas. Além disso, a construção foi se dando com os professores de forma natural e gradual.

O Entrevistado 6 enxerga que suas vivências na universidade são muito parecidas com a de outros colegas e como atualmente sua aparência está bem masculina ele acabou incorporando inclusive privilégios da sua identidade de gênero. Apesar disto, ele procura trazer as pautas sempre que possível e lutar principalmente pelos colegas que estão entrando no processo de transgenerização.

Ao ser questionado se enxerga que a universidade se preocupa com a existência e o bem-estar das pessoas trans dentro dos seus espaços, o Entrevistado 4 fala que:

Olha, se eu disser que não eu tô mentindo e se eu disser que sim eu também tô mentindo, acho que é muito novo pra universidade ainda, acho que a universidade tem certa dificuldade de ter esse acolhimento e essa preocupação, porque é sempre um pisar em ovos, se ela tem preocupação parece que ela tá expondo, se ela não tem preocupação parece que ela não está acolhendo. Acho que a UFPel e todas as universidades de um modo geral vivem num limbo, de saber como acolher, o que falar. Acho que o que a universidade faz é respeitar o uso do nome social. É uma novidade. Não vejo que a universidade tenha uma política além da resolução do uso do nome social. A universidade parte desse princípio, mas como lidar no dia a dia na universidade ainda está embrionário isso assim. Acho que é mais fácil os professores lidarem com os alunos em sala de aula que ali se dá o primeiro acolhimento, porque como professor ainda há esse estranhamento, como “e agora o que a gente faz?”. É o pisar em ovos, porque se tratar de um jeito pode parecer transfóbico e se tratar de outro jeito tem um tensionamento (ENTREVISTADO 4).

O Entrevistado 4, trabalhava em uma instituição privada antes de trabalhar na UFPel e foi lá que começou o seu processo de transgenerização. Ele conta que esse processo, para sua surpresa, gerou menos impacto na universidade privada que na universidade pública. O fato de ser trans surpreendeu seus colegas da UFPel que muitas vezes alegavam precisar se “adaptar” e se acostumar a não chamar pelo seu nome antigo. Ele enxerga que falta naturalizar isso na universidade, ou pelo menos não tratar com tanto espanto.

Alguns casos em que o Entrevistado 4 teve alguns estranhamentos na universidade por conta da sua identidade de gênero, na sua visão, ocorreram por maledicência em um caso e por ignorância em outro. Para ele, sua chegada na universidade fez com que os servidores do seu departamento adquirissem um olhar um pouco mais sensível para tratar os alunos trans.

O Entrevistado 4 expôs seu descontentamento com o fato de a universidade não se preocupar com a exposição das pessoas trans, já que foram dois órgãos da própria universidade que fizeram a indicação dele como uma pessoa trans que poderia ser entrevistada para este estudo. Ele fala que assim como existem pessoas que querem pesquisar para ajudar a comunidade trans, no cenário brasileiro atual de medo e intolerância, a universidade deveria ter

mais cuidado ao expor essas diversidades, já que podem também existir pessoas que querem acesso as informações para agir de forma discriminatória.

De acordo com o Entrevistado 4, a universidade pública adota uma postura de diversidade, igualdade de oportunidades, mas na prática nem sempre acontece. Existe uma linha tênue entre a universidade ser de fato inclusiva e ser politicamente correto ter um servidor trans e outras pessoas trans na universidade (ENTREVISTADO 4), isso pode ser observado também na seguinte fala:

A academia tem um discurso, a universidade tem um discurso da bissexualidade como politicamente correto, onde cabe tudo, afinal de contas nós somos a torre de marfim do saber, né? Como nós não vamos aceitar isso? Então é um discurso muito bonito, cabe tudo, ninguém é de ninguém, todo mundo pode ser o que se é. Esse é um discurso muito bonito, mas eu vejo no dia-a-dia o desconhecimento do que de fato nós estamos discursando. Existe um desconhecimento muito grande e nós precisamos ter conhecimento disso pois na educação nós formamos pessoas que vão formar outras pessoas. Se elas não entenderem isso, elas vão continuar formando na heteronormatividade (ENTREVISTADO 4).

Com as falas do Entrevistado 4 e os próprios objetivos para existirem núcleos de diversidade dentro da universidade, conforme exposto na introdução deste trabalho, pode ser observado que existe um discurso na universidade de valorização da diversidade, que o discurso visa a inclusão das minorias, mas que ainda existe um embate de quando visibilizar as causas e quando agir de forma natural.

O Entrevistado 1 fala que os professores e demais servidores, que são pessoas com grande importância na universidade, possuindo hierarquia para tomar determinadas atitudes perante certas situações de discentes, precisam ter conhecimento e estar preparados, ou pelo menos saber onde encaminhar certas demandas que ocorrem dentro dos espaços da universidade.

Através dessa premissa, o núcleo de gênero tem como um de seus anseios dar maior formação para os servidores da UFPel, com objetivo de proporcionar maior conhecimento sobre aspectos essenciais de gênero e sexualidade, buscando que eles possam ser mais sensíveis na inclusão dos alunos que pertencem a esses grupos de minorias (ENTREVISTADO 1).

Devido as frequentes observações intrínsecas de machismo e LGBTfobia dentro da universidade, atingindo tanto mulheres cisgênero, quanto mulheres

transexuais, mulheres heterossexuais, mulheres lésbicas, homens gays, e outros grupos que fogem do padrão homem cisgênero heterossexual, o Entrevistado 1 informou que o NUGEN junto ao Núcleo de Formação da UFPel (NUFOR) está desenvolvendo para o primeiro semestre de 2020 um curso de capacitação, de oito horas, com a temática de inclusão de discentes e outros membros LGBT nos ambientes acadêmicos.

Além do comportamento conservador observável em muitas pessoas da universidade, conforme o Entrevistado 1, o curso de formação foi criado por motivação de denúncias feitas no núcleo pelos grupos de minorias, por desrespeito e invisibilidade de suas identidades dentro da universidade, por parte de servidores da UFPel, professores e técnicos administrativos.

De acordo com o Entrevistado 1, o NUFOR, junto a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) enxerga demandas nos servidores para maior esclarecimento de assuntos relacionados a sexo e gênero e tenta incluir a temática nos seus cursos de formação de servidores, pois pelo menos uma vez por ano a PROGEP faz uma pesquisa com os servidores, para identificar quais suas demandas em relação a cursos de capacitação necessários para melhor formação. De acordo com o Entrevistado 1, se houve a necessidade do curso na área de diversidade sexual e de gênero, é porque apareceu nas demandas dos próprios servidores.

Em relação ao trabalho do núcleo de gênero para proporcionar um ambiente mais inclusivo para os alunos trans, o Entrevistado 1 expõe que a ação do núcleo é como um “trabalho de formiguinha”, pois precisam agir com paciência e persistência, já que nem sempre o núcleo possui abertura em algumas unidades acadêmicas para promover ações de conscientização e atuar de outras formas nesses espaços.

Pensando na operacionalização e acompanhamento do trabalho, o núcleo possui fichas de atendimento para conseguir acompanhar o número de atendimentos e identificar o perfil dos atendidos. Esses números servem como base para formar relatórios a serem apresentados na reitoria, com o intuito de demonstrar os problemas enfrentados pela comunidade acadêmica em relação a gênero e sexualidade (ENTREVISTADO 1).

Conforme o Entrevistado 1, no início de cada semestre o núcleo de gênero envia memorandos para todas unidades colocando-se à disposição para

apresentar quem são, qual seu trabalho, com quais populações trabalham, e quais os serviços que prestam para universidade e seu entorno, já que o núcleo atende além de alunos, os professores, técnicos administrativos e terceirizados.

Para os Entrevistados 1 e 7, existem algumas pessoas dentro do ambiente acadêmico como docentes, técnicos administrativos, discentes e terceirizados que nem sempre agem de forma acolhedora com a comunidade trans e membros de outras minorias. Eles falam que nas unidades em que o corpo docente e discente é dominado por homens cisgênero heterossexuais, são locais de mais difícil acesso do NUGEN e de discussões sobre gênero e sexualidade. A Entrevistada 7 cita como exemplos os cursos das áreas de agrárias, engenharias, direito e medicina.

Os Entrevistados 1 e 7 enxergam que existem unidades acadêmicas parceiras, professores que se propõem com mais engajamento a lutar pelas causas das minorias e por isso recorrem ao núcleo com mais frequência ao perceberem dentro das unidades algum comportamento discriminatório. E geralmente são essas unidades que acabam propondo projetos, procurando ferramentas para promover a diversidade, enquanto em outras existe apatia sobre essas causas.

Em relação a abertura da universidade para pautas trans, o Entrevistado 1 salienta que vários cursos, como psicologia, enfermagem, letras e administração, por exemplo, possuem trabalhos de pesquisa, ensino e extensão com a questão da diversidade e identidade de gênero, voltados para comunidade trans dentro e fora da universidade.

Neste estudo houve a pesquisa no portal de projetos ativos da UFPel com as palavras: “gênero”, “sexualidade”, “LGBT”, “travesti”, “transexual”, “transgênero”, “trans”, “diversidade”, “inclusão” e “minorias”. Em um universo de 2.262 projetos de ensino, pesquisa e extensão ativos, foram encontrados três projetos com a temática trans, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão com temática trans na UFPel

Projeto	Objetivo geral	Modalidade
DIZ AÍ: CONVERSANDO SOBRE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE	Construir um espaço coletivo de escuta terapêutica, diálogo e empoderamento para pessoas cujo sofrimento psíquico está	Extensão

(Faculdade de Medicina)	transversalizado por violências produzidas pelo racismo, sexismo, homofobia e transfobia.	
NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTT (Faculdade de Enfermagem)	Analisar as necessidades de saúde da população LGBT	Pesquisa
MAPEANDO A NOITE: O UNIVERSO TRAVESTI (Instituto de Ciências Humanas)	O principal objetivo deste projeto é tentar minimizar os efeitos dos estigmas que os grupos travestis e transexuais, bem como os grupos de mulheres que trabalham na prostituição, sofrem no cotidiano de Pelotas através de atividades participativas demandadas pelos próprios grupos, tais como exposições itinerantes pela cidade, oficinas de imagem (buscando a criação de banners para exposições a partir de imagens feitas pelos próprios grupos), oficinas de história e patrimônio (para as trocas sociais entre universidade e comunidade discutindo a cidade, os locais de atuação profissional, os locais de visibilidade para empoderamento, também pensando na construção da exposição).	Extensão

Fonte: autora, 2019.<sup>26</sup>

A universidade também possui uma disciplina, que começou a ser ofertada no primeiro semestre de 2019, ligada ao Núcleo de Gênero e Diversidade, é nomeada “Corpos, gêneros e sexualidade”, onde traz à tona discussões no campo de gênero e diversidade sexual. Ofertada em duas turmas, a disciplina fica disponível no banco universal de disciplinas para ser cursada como cadeira optativa, ficando então disponível para alunos de todos os cursos de graduação.

As aulas desta disciplina são expositivas, ministradas pela professora e coordenadora do NUGEN e também são feitas aulas abertas à toda comunidade acadêmica, com os melhores trabalhos de turmas anteriores. No segundo semestre de 2019 foram ofertadas 160 vagas e todas foram preenchidas. A

<sup>26</sup> Fonte: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

ementa da disciplina é “Gênero e diversidade sexual. Pautas internacionais do cenário social mundial: igualdade de gênero, a não discriminação por sexo, orientação sexual e identidade. Sexualidade, cultura e educação. Os direitos humanos” e de acordo com o NUGEN (2019):

O enfoque, é a problematização das relações universitárias sob a perspectiva do gênero e da diversidade na formação inicial de discentes universitários tendo em vista a necessidade apontada no campo social do trato transversal dessa temática nos currículos escolares e universitários.

Sobre disciplinas que abordem assuntos de gênero e sexualidade, a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2016, que escabece as diretrizes nacionais para a Educação para Direitos Humanos prevê no seu artigo 3º que sejam reconhecidas e valorizadas as diferenças e diversidades. E nos artigos 6º e 7º mostram a inclusão do ensino superior nesta Resolução, conforme texto do documento:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional (CNE, 2012).

Apesar da resolução, nos cursos da UFPel não existe a obrigatoriedade para que as disciplinas abordem diversidade de gênero e sexualidade, apenas alguns cursos que resolvem de forma espontânea incluir as temáticas nos seus currículos. A Entrevistada 7 fala que:

Eu sei que tem alguns cursos que não falam sobre gênero, não é nem sobre trans, não falam sobre gênero mesmo, não existe essas discussões nem sobre homem e mulher, não é nem falado isso, não

falam sobre a questão humana. Podia ser criada daqui um tempo uma obrigatoriedade de criar dentro de alguns cursos.

O Entrevistado 1 acredita que existem situações em que é necessária a imposição do debate e em outras situações isto deve ocorrer de forma mais voluntária, para não causar repulsa ou surtir efeito contrário do esperado. Ele acredita que a obrigatoriedade não deve ocorrer em todos os cursos, mas enxerga grande necessidade da inclusão de disciplinas que abordem temas de diversidade sexual e de gênero nas grades curriculares de algumas áreas como: área da saúde, área de gestão e, principalmente, em todos os cursos de licenciatura.

Exemplificando, os cursos da área da saúde precisam ensinar noções básicas sobre gênero e sexualidade para formar alunos capazes de atender pacientes de forma humana e imparcial a suas diversidades. Cursos de gestão, onde trata da inserção das diversidades no mercado de trabalho e precisa lidar com as diversidades de gênero e sexualidade de clientes, fornecedores e colaboradores. E, principalmente, cursos de licenciatura, que formam professores que irão lidar com alunos de várias idades e situações precisando de sensibilidade já que é no ambiente escolar o maior número de desistência de pessoas trans.

A maioria das pessoas trans passam por uma série de problema já dentro de casa, no ensino fundamental e médio, isso quando conseguem essa formação. Desta forma, colocar essas pessoas dentro da universidade onde ainda existem colegas e servidores preconceituosos e não ter a possibilidade de fornecer acompanhamento psicológico para elas não é uma forma eficaz de inclusão e não fornece um ambiente propício para a permanência na universidade (ENTREVISTADA 7).

Na sua percepção, a Entrevistada 5 enxerga que a universidade poderia colaborar mais com a comunidade trans através de atos educativos e de saúde dessa população que está presente dentro e fora da academia, com atividades que proporcionem saúde mental. Ela enxerga que a universidade seria receptiva com aprovações de projetos para pessoas trans, pois na sua visão a gestão atual é bem aberta para a diversidade e existem muitas pessoas dentro da universidade que procuram valorizar as diversidades no geral.

De acordo com o Entrevistado 1, o serviço gratuito de acompanhamento psicológico para os alunos, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), possui uma fila de espera de mais de 300 pessoas. Além dos problemas de espaço físico, onde não existem espaços liberados para atendimentos psicológicos, existe a demanda por pessoas para realização dos atendimentos.

Apesar do NUGEN não ser formado por pessoas especializadas em certas temáticas de gênero e sexualidade, não tendo profissionais da saúde na sua formação, o Entrevistado 1 fala que existe o conhecimento para que as demandas sejam encaminhadas para órgãos especializados, como, por exemplo, casos de pessoas que precisam de tratamento psicológico, de saúde ou de caminhos para transgenerização do corpo.

O núcleo de gênero conta com redes de apoio para conseguir executar seu trabalho, como centros de psicologia e assistência social. Para população que não consegue atendimento através da PRAE da UFPel, existe o encaminhamento para os CAPES (Centro de Atendimento Psicológico e Social) e no Centro de Especialidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas/RS, onde existe um grupo de apoio que trabalha com pessoas trans e suas famílias para processos de hormonização, com acompanhamento de 2 anos antes da redesignação de sexo, que é feita em Porto Alegre/RS.

O NUGEN tenta orientar os alunos trans para que seu processo de transgenerização seja seguro e o menos agressivo possível, para seu corpo e mente. Para isto é imprescindível o acompanhamento mental e corporal, já que em vias não seguras é possível que o processo de hormonização seja feito de maneira independente e sem qualquer orientação especializada (ENTREVISTADO 1).

Como um dos papéis do NUGEN de promover a visibilidade das minorias atendidas pelo núcleo, o Entrevistado 1 enxerga retorno favorável nos eventos que são realizados com objetivo de inclusão de pessoas trans na UFPel. Para ele, em todo evento que o núcleo possui lugar de fala, que seus representantes trans expõem suas experiências, o público fica mais informado e se sente mais à vontade para procurá-los e buscar orientação, expor ideias e utilizar a atuação do órgão de alguma forma.

Em um evento que ocorreu em Pelotas/RS, em setembro de 2017, o I Seminário Integrado do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para questões

Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCGEDS), Adriana Sales, representante da ANTRA, em sua palestra, observou que as instituições de ensino ainda não estão preparadas para receber, incluir e dar formação à comunidade trans. Ela fala que as universidades não estão preparadas para incluir essa população e chega a ser o contrário disto. Como representante trans, professora escolar e doutoranda de universidade pública, ela fala que:

Não nos sentimos contempladas por uma academia que tenta falar pela gente. A escola e a universidade brasileira não dão conta da diversidade. Esses espaços ainda são para brancos, machos, burgueses, e não para a maioria da população brasileira (SALES em INFORMANDES, 2017).

Apesar das dificuldades vividas por Sales ao longo da vida, ela reconhece ser privilegiada em comparação a outras companheiras, expondo que: “eu não represento 1% da minha população, pois sou branca, tenho uma família ‘estruturada’, estou na universidade. A maioria está repousando agora para ir às ruas de noite”, já que a prostituição é o maior meio de sobrevivência da comunidade trans feminina.

Na agenda de eventos com pautas trans na UFPel foi realizado em novembro de 2019, a segunda edição do Congresso de Gênero da UFPel (CONGEN). Na primeira edição houve adesão de trans da cidade de Rio Grande/RS e Pelotas/RS e a segunda edição procurou manter o mesmo protagonismo da cidade e arredores.

A Entrevistada 7 já participou de diversos eventos como ministrante de palestras, seminários e rodas de conversa. Ela fala que quando entrou na universidade alguns eventos já eram promovidos por representantes de redes de travestis e transexuais do Brasil em Pelotas, mas que começaram a ser mais frequentes com o aumento da atuação do NUGEN na universidade e com a criação de coletivos LGBT dos cursos de graduação.

De acordo com os Entrevistados 1 e 6, os eventos são uma forma de levar visibilidade trans para dentro do espaço universitário, já que esses eventos geralmente causam estranhamento de parte da comunidade acadêmica por não estarem acostumados com o grande número de trans ocupando os espaços da universidade.

Em relação as medidas que podem ser tomadas por parte da universidade para diminuir as discriminações com a comunidade trans nos seus espaços, a Entrevistada 5 acredita que proporcionar conversas educativas, não necessariamente palestras e seminários, mas discussões sobre a diversidade no geral, gênero, sexualidade e raça podem tornar o ambiente mais agradável e mais respeitoso as minorias.

Um episódio que ocorreu com a Entrevistada 5 foi em uma disciplina que ela estava cursando. Em um dia em que não foi na aula, uma colega levantou uma discussão sobre pessoas trans, se podem ou não ser consideradas como mulheres, seguindo uma linha de discussão do feminismo radical onde exclui as pessoas trans das pautas feministas. A professora ao perceber que muitos alunos ficaram confusos, explicou o ocorrido na aula anterior e pediu que a entrevistada relatasse sua experiência, seus contrapontos, de maneira a esclarecer aos colegas.

Em um primeiro momento a Entrevistada 5 sentiu-se constrangida e pensou em não aceitar o convite, mas acabou aceitando para poder informar os colegas e como uma forma de defender sua existência. Além desse constrangimento ela ficou com medo do enfrentamento que poderia encarar ao expor suas experiências, principalmente por ter ocorrido tal discussão na aula anterior.

A Entrevistada 5 enxerga que a UFPel preocupa-se com a existência trans nos seus espaços, não que ocorra isto de uma forma explícita, mas em todas demandas que teve ela foi atendida e até o momento não enxerga discriminação nos processos administrativos e advindos de professores, por exemplo. Ela contou que já sofreu discriminação por uma pessoa da universidade, mas que o fato não ocorreu no espaço universitário e por isso não denunciou ou informou a universidade.

Quando alguma denúncia é recebida ou existe demanda identificada pelo acolhimento psicológico do NUGEN, eles vão *in loco* até a unidade em que ocorreu a queixa e procuram realizar algum debate nas salas de aula ou outra ação de conscientização, já que o crime de LGBTfobia é criminalizado e o ato discriminatório pode ser denunciado por vias judiciais. Fora as consequências judiciais, a intenção da visita *in loco* é conscientizar sobre as punições acadêmicas que o aluno também pode sofrer (ENTREVISTADO 1).

Em relação as providências para quando existe algum ato de discriminação, o regimento da universidade é de 1969 e nunca teve atualização. Além disto, a universidade não possui código de ética e de posturas discentes. No regimento em vigor, Capítulo 10, é informado que o aluno pode ser repreendido, suspenso ou expulso, mas não informa em que circunstâncias, após quantos avisos, nem de que forma isto ocorre.

De acordo com o NUGEN, as denúncias são encaminhadas a Ouvidoria da UFPel, para que neste órgão possam decidir qual a melhor forma de resolver o problema. Conforme o Portal da UFPel “a Ouvidoria funciona como parceira na identificação de fragilidades e/ou potencialidades e na busca de soluções para os problemas encontrados”.

As políticas públicas e práticas voltadas à diversidade, de acordo com Freitas (2015), são recentes no Brasil, tanto em organizações públicas, quanto privadas e a autora acredita que mudanças culturais são processos lentos, que demandam muito tempo para se constituírem. Ela comenta que “a consciência cidadã ainda está em formação e medidas educativas parecem ser mais eficazes entre nós quando utilizadas junto a outras de caráter mais autoritário” (FREITAS, 2015, p. 126).

Em relação as demandas que ainda existem dentro da universidade para diminuir a discriminação com transgêneros nos seus espaços, o Entrevistado 1 acredita que existe a necessidade de mais abertura, espaço de fala do NUGEN e da própria pauta LGBT dentro de alguns cursos e unidades acadêmicas. Outra demanda que existe dentro da universidade é de espaço físico para realização de atendimentos, maior alcance de atendimentos psicológicos gratuitos para comunidade trans e toda comunidade acadêmica.

Apesar das demandas ainda existentes, na visão do Entrevistado 1, a universidade é muito acolhedora com os trans e a orientação da gestão atual é que cada vez mais a população LGBT como um todo esteja incluída na universidade e tenha as mesmas oportunidades e tratamento das pessoas que seguem os padrões heteronormativos.

O Entrevistado 4 fala que sua recomendação para criar um ambiente com menos discriminação é tirar as discussões do gueto, que é preciso discutir as sexualidades, as diversas possibilidades em toda universidade, ele fala que “o núcleo é importante, mas não deve ficar fazendo discussões só dentro do núcleo,

senão fica movimento pelo movimento. Muitos dos estranhamentos ocorrem por ignorância, por não entenderem o que é trans, falta esclarecimento”.

Desta forma o Entrevistado 4 acredita que quem vai para o movimento é porque se identifica com o movimento e isso faz com que acabe atingindo só os pares e a forma mais eficaz de melhorar o cenário são as “microrrevoluções foucaultianas”, de gerar conhecimento que possa ser repassado, tocar um que possa tocar outro, no dia-a-dia e no ambiente de sala de aula.

Nesta seção pode ser observado através dos entrevistados não existem discriminações graves com as pessoas trans na UFPel, mas que ainda não há uma naturalização do tratamento da universidade com essas pessoas e de acordo com os entrevistados essa naturalização se daria através da educação, do conhecimento e das pessoas entenderem quando devem visibilizar certos assuntos e quando devem agir de forma mais discreta.

#### **4.2.1. Alteração do registro civil e a utilização do nome social na UFPel**

Ao refletir sobre aspectos básicos da humanidade, pode-se pensar no nome, que é um direito, conforme explicitado no Artigo 16 do Código Civil. Ele representa um importante atributo da pessoa e faz parte de mais um ato performático que os seres são submetidos. Alves e Moreira (2015) falam que é o nome que antecede e anuncia o corpo, o gênero e o sexo, tendo um importante papel subjetivo, no mundo, na sociedade, no agir subjetivamente.

Preciado (2014) fala que as pessoas trans geralmente possuem ou já possuíram mais de um nome próprio, já que recebem o primeiro nome atribuído no nascimento e pelo menos um outro nome escolhido após o seu processo de transgenerização. O autor também fala que só o nome não concede ao trans o pertencimento no outro sexo, apesar de ajudar no processo de identificação.

Fazer a cirurgia de adequação de sexo e gênero, bem como alterar o nome do Registro Civil, ou utilizar o nome social, são algumas implicações básicas que podem fazer os transgêneros se sentirem de acordo com sua identidade. De acordo com o Entrevistado 6, manter o prenome dado no nascimento pode ferir gravemente o princípio da dignidade da pessoa trans, já que socialmente ela é chamada por um nome e em seus registros consta outro.

Os direitos dos transgêneros foram amplamente discutidos por anos no Poder Judiciário brasileiro. César (2009) fala que políticas públicas de reconhecimento do nome social e a alteração do nome são algumas das formas de produzir subjetividade na experiência trans, sendo então uma maneira de relativizar as fronteiras de gênero, de distúrbio da ordem e da normativa. Para Alves e Moreira (2015) a obrigatoriedade legalizada da utilização do nome social “coloca em xeque o sistema normativo sexo/gênero”.

Em relação a alteração do nome no registro civil, foi protocolado no Supremo Tribunal Federal, o Recurso Extraordinário 670.422, em janeiro de 2012. Este RE ficou por mais de seis anos discutindo a proposta que concede aos transgêneros a possibilidade de alteração do registro civil sem a necessidade de autorização judicial e de realização da cirurgia de redesignação sexual. A pauta foi aprovada em março de 2018, nos seguintes termos:

1 – O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo para tanto nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.

2 – Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo “transgênero”.

3 – Nas certidões do registro não constará nenhuma observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial.

4 – Efetuando-se o procedimento pela via judicial, caberá ao magistrado determinar, de ofício ou a requerimento do interessado, a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos (Supremo Tribunal Federal, 2018).

Com as alterações para mudança do registro civil, visando facilitar o processo para pessoas trans, a ANTRA junto com a Casa 1 e o escritório Baptista Luz Advogados elaboraram um guia completo<sup>27</sup> com o passo a passo para alteração do registro civil para pessoas trans e outras pessoas que não se enquadram como cisgênero.

O primeiro passo é a separação de diversos documentos exigidos pelo Provimento nº 73/2018, como: certidão de nascimento atualizada, certidão de casamento atualizada (se possuir), RG, passaporte (se possuir), CPF, título de

---

<sup>27</sup> O guia pode ser baixado na íntegra através do link: [https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Guia\\_retificacao\\_genero-V10-1.pdf](https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Guia_retificacao_genero-V10-1.pdf). Acesso em: 28 de agosto de 2019.

eleitor, requerimento de alteração do registro civil, identidade social (se possuir) e comprovante de residência.

O segundo passo é checar a data de emissão das certidões de nascimento e casamento, as mesmas devem ter no máximo 90 dias. Caso a certidão tenha sido emitida há mais tempo, deve ser atualizada no cartório onde o indivíduo foi registrado, o que muitas vezes faz com que o processo seja mais complicado e demorado, em caso de mudança de cidade.

O terceiro passo é emitir outras certidões online. São diversas certidões de justiça, protestos e militar que visam verificar a idoneidade do indivíduo para alterar o registro. Essas certidões geralmente podem ser emitidas gratuitamente e têm validade de 30 dias. Além disto, devem estar válidas no momento de apresentação no cartório.

O quarto passo refere-se a emissão da única certidão que não pode ser emitida gratuitamente, que é a certidão dos Cartórios de Protesto, com valor normalmente acima de R\$100,00, dependendo do estado. Em caso de pessoas que não podem arcar com o custo, pode ser solicitada a gratuidade da emissão através de solicitação na Defensoria Pública do Estado (DFE).

O quinto passo é reunir os demais documentos exigidos junto as certidões. O sexto passo é elaborar o Requerimento de Alteração de Registro Civil, regulamentado pelo Provimento nº 73/2018. Este documento pode ou não ser disponibilizado no cartório, desta forma o guia oferece o modelo para que o requerente já leve o requerimento junto aos demais documentos.

O sétimo passo diz respeito só as pessoas que solicitaram a alteração do registro civil por vias judiciais, como era feito anterior a 2018. Caso o processo judicial tenha sido iniciado, o indivíduo só consegue retificar pelo cartório caso o processo esteja arquivado e apresentando a Certidão de Arquivamento Judicial de Retificação de Nome e Marcador de Gênero. O oitavo passo é levar toda documentação ao Cartório de Registro de Pessoas e fazer a solicitação, mediante pagamento de taxa ou solicitação de isenção na DFE.

Como a alteração do registro civil pode ser um processo demorado ou inviável para alguns indivíduos que não sabem qual seu cartório original de registro, ou não possuem todos os documentos, outra alternativa é que no Brasil também pode ser utilizado o nome social, que é caracterizado, conforme o Decreto 8.727/2016, como a “designação pela qual a pessoa travesti ou

transexual se identifica e é socialmente reconhecida”. Além disto, o nome social segue vinculado com a identidade civil original.

A utilização do nome social através da autodeclaração da identidade de gênero, como ocorre na discussão étnico-racial no Brasil, atribui ao sujeito, e somente a ele, a definição da sua identidade de gênero, ao mesmo tempo em que torna sua escolha pública e orienta como deseja ser tratado socialmente, conforme falam Alves e Moreira (2015).

As primeiras iniciativas para adoção do nome social, no Brasil, foram surgindo de forma independente e após demandas locais. O primeiro local com aprovação do projeto foi no estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Educação do Pará, com a publicação da Portaria nº 16/2008-GS, onde a utilização do nome social pôde ser adotada por alunos trans, no ato da matrícula, nas unidades da rede estadual de ensino, sendo possível no caso de aluno maior de 18 anos ou com consentimento dos pais.

Em relação as universidades públicas, a Universidade Federal do Amapá foi a pioneira na adoção do nome social, com a Resolução nº 13/2009-CONSU. Esta resolução garantia o uso do nome social por vias orais em qualquer ocasião, mas nos documentos gerais do aluno o nome social era utilizado entre parênteses, após o nome civil.

Após algumas instituições federais, estaduais e municipais regulamentarem por conta própria a utilização do nome social nos seus próprios órgãos, no âmbito federal a regulamentação oficial veio através da Portaria nº 233/2010, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A partir deste momento os servidores públicos da União reconhecidos como travestis e transexuais puderam utilizar seu nome social nas comunicações internas e externas dos órgãos públicos federais, incluindo meios eletrônicos de comunicação e crachás.

A Portaria nº 233/2010, apesar de ser uma iniciativa do governo federal, compreendia apenas os servidores públicos federais, sem considerar o restante da população. Em 16 de janeiro de 2015, foi proferida a Resolução nº 12, através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, onde:

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização (CNCD/LGBT, 2015).

Os artigos de 1º a 5º da Resolução nº 12<sup>28</sup>, do CNCD/LGBT, resolvem sobre o direito ao uso do nome social, garantindo o uso em todas modalidades de ensino e sempre que solicitado pelo próprio interessado, propondo a garantia de utilização do nome social também por via oral e que seja exposto na emissão dos documentos oficiais, de igual ou maior destaque que o nome civil. Sendo as orientações válidas também para os processos de acesso às instituições, conforme artigo 9º.

Em abril de 2016, através do Decreto Presidencial nº 8.727/2016, os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, passaram a ter o dever de adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento. No caso da utilização do nome social, o nome civil continua existindo e constando nos registros da instituição, sendo utilizado apenas para fins administrativos.

Pensando no âmbito estadual e como uma iniciativa do governo, no Rio Grande do Sul, o nome social foi adotado em 2011, com o Decreto 48.118/2011, sendo um dos estados pioneiros na geração da Carteira de Nome Social (CNS). Ela é elaborada pela Secretaria de Segurança Pública em parceria com a Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos e emitida pelo Instituto Geral de Perícias (IGP), nos mesmos moldes da Carteira de Identidade.

A primeira CNS emitida no Rio Grande do Sul foi entregue simbolicamente à travesti Simone Rodrigues, no dia 17 de maio de 2011, quando é comemorado no estado o Dia Estadual de Enfrentamento à Homofobia. Na mesma data foi criado o Comitê Gestor dos Direitos Humanos para cuidar dos direitos LGBT e de outras minorias.

---

<sup>28</sup> Esta Resolução nº 12 teve como principais bases o Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, e o Parecer CNCD/LGBT nº 01/2015. O Decreto nº 7.388 atribuía ao CNCD/LGBT a formulação e proposição de diretrizes de ações governamentais a fim de combater a discriminação e promover os direitos LGBT. Conforme exposto anteriormente sobre o retrocesso em alguns direitos adquiridos, em 2019, com o cenário político mais conservador no poder, o Decreto nº 7.388 foi revogado pelo Decreto 9.883, onde teve as pautas LGBT retiradas e o CNCD/LGBT extinto.

Pensando na utilização do nome social e alteração de registro civil na UFPel, o Entrevistado 2 fala que mesmo antes do Decreto Presidencial nº 8.727/2016, em julho de 2013 o Conselho Universitário da UFPel (CONSUN) aprovou a utilização do nome social na universidade, garantido o direito a toda comunidade acadêmica em listas de chamada, carteira de identificação de estudante, carteira de identificação funcional, lista de participante de programa de benefício, entre outros.

De acordo com o Entrevistado 2, a medida da UFPel antecedeu a normalização federal oficial e mesmo assim apresentou grande similaridade com o Decreto Presidencial publicado três anos depois, desta forma a UFPel não precisou alterar muitos dos seus processos já adotados a partir de 2013.

Conforme exposto no portal de notícias da UFPel, quando a medida foi aprovada, o reitor em exercício expôs que esta foi uma forma de atender a demanda do movimento estudantil que estava sendo fortemente pautada por todo Brasil e do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFPel. Além de estar regular com a Constituição Federal e pareceres favoráveis da Procuradoria Jurídica da Instituição e da Advocacia Geral da União, como uma maneira de evitar exclusões e constrangimentos pelos transgêneros da UFPel.

Através da Resolução nº 6, de 29 de julho de 2013, ficou aprovado que os órgãos internos responsáveis pelos registros na UFPel deveriam manter arquivo reservado com a identidade civil e número de matrícula e/ou de registro funcional e; substituir sempre que solicitado pelo próprio aluno os documentos e arquivos públicos. A resolução previu a utilização da CNS para protocolar a solicitação de registro do nome social na universidade.

A CNS é emitida por responsabilidade dos estados federativos e nem todos estados emitiam a carteira antes do Decreto Presidencial de 2016. Com a necessidade de apresentação da CNS para registro do nome social na UFPel, muitos alunos advindos de estados que ainda não emitiam a carteira ficaram prejudicados no processo (ENTREVISTADA 3).

Com a demanda de alunos de fora do Rio Grande do Sul que não conseguiram emitir a CNS, a Entrevistada 3 comenta que o CRA consultou a Procuradoria Jurídica da UFPel, que informou a possibilidade de registro do nome social mediante autodeclaração e sem a necessidade de apresentação da carteira do nome social, tornando então a medida disponível para todos

transgêneros da universidade. De acordo com o portal da UFPel, a partir de 2015 a utilização do nome social passou a ser direito não só dos transgênero binários, como também para os transgêneros não-binários.

De acordo com os Entrevistados 2 e 3, o processo para utilização do nome social dentro da universidade é simples, sendo necessário que o aluno se dirija até a central de atendimento do CRA e através de um formulário padrão solicite a alteração do nome. No formulário o aluno preenche seu nome de batismo e o nome social, sem a necessidade de apresentação da Carteira de Nome Social. Opcionalmente pode preencher o motivo da solicitação no mesmo formulário e anexar seus documentos, como identidade antiga e identidade social.

O Entrevistado 1 mencionou que o nome social pode ser utilizado desde que o aluno seja maior de 18 anos ou, em caso de menor de idade, com a autorização do responsável legal, conforme determina a lei. Ele mencionou que houve um caso em que o responsável pelo aluno não autorizou a utilização do nome social e o aluno teve que conversar particularmente com cada professor, solicitando que por via oral o nome social fosse atendido.

Neste caso em específico, um dos professores não atendeu o pedido e quis utilizar o tratamento do aluno de acordo com seu nome registrado no Cobalto<sup>29</sup>. Teoricamente o professor não infringiu nenhuma regra ou legislação. De acordo com o Entrevistado 1, apenas faltou empatia do professor com o aluno em não o chamar por seu nome social. Através deste fato, o responsável pelo aluno notou seu comportamento diferente, depressivo, devido aos constrangimentos nesta aula que o nome do registro civil era utilizado, e então resolveu autorizar a utilização do nome social.

Conforme o Entrevistado 1, a utilização do nome social geralmente é feita por alunos que são menores de idade, que recém completaram 18 anos ou que estão no início do processo de transgenerização, pois a maioria dos alunos trans que não se encaixam nessas características tentam o mais rápido possível fazer a alteração do registro civil para que possam ser identificados conforme seu gênero em todas organizações que frequentam.

---

<sup>29</sup> O Portal Cobalto é onde constam as informações dos alunos, é o sistema que tem por objetivo integrar as diversas necessidades de sistemas de informação da UFPEL. Em um único e integrado ambiente, será possível o registro e acesso de informações referentes ao ensino, pesquisa, extensão e gerenciamento administrativo.

De acordo com dados coletados no CRA pelo NUGEN, em abril de 2019, na universidade haviam 15 alunos trans que alteraram a identificação de feminino para masculino, oito alunas trans que alteraram a identificação de masculino para feminino e nenhum aluno com a informação de gênero fluído. Esses números são relativos a alunos que estavam cursando algum curso de graduação ou pós-graduação no período e não engloba os egressos. A Entrevistada 3 informou que no segundo semestre de 2019 foram alterados no sistema mais dois nomes de transgêneros.

Até setembro de 2019 nenhum diploma com nome social foi emitido e caso aconteça deverão aparecer os dois nomes, sendo o nome social na frente, como principal e o nome civil em apostilamento no verso do diploma. Conforme a Entrevistada 3, os diplomas emitidos, até a data da entrevista, para alunos trans foram feitos para alunos que já haviam alterado sua certidão de nascimento. As emissões realizadas até setembro de 2019 foram feitas em situações onde o aluno já tinha a certidão retificada ou o aluno solicitou que o CRA aguardasse a certidão ser retificada para emissão do diploma.

Em relação aos problemas na utilização do nome social e troca de registro na UFPel, o Entrevistado 2 acredita que só ocorrem muitos casos de alunos que não sabem onde devem solicitar a utilização do nome social e acabam indo em unidades erradas e/ou recebendo informações erradas, mas que quando encontram o CRA é rapidamente resolvida a questão.

Para o Entrevistado 1 a universidade é muito receptiva quanto a utilização do nome social e só relataram problemas sobre esta questão com menores de idade quando os responsáveis não aceitam a adoção do nome social. Não sendo um problema administrativo, mas sim social e familiar. Apesar de não ser um problema exclusivamente institucional, o núcleo tenta fazer com que a família entenda a importância desta ação para que o aluno se sinta incluído dentro da universidade e não sofra nenhum constrangimento que possa afetar sua vida pessoal e estudantil.

Quando iniciou o trabalho na universidade o Entrevistado 4 ainda utilizava seu nome de batismo, apesar de já ter iniciado sua transgenerização. Ele conta que esperou os hormônios fazerem mais efeitos no seu corpo para que sua aparência física passasse a condizer melhor com seu novo nome e assim tornar

o processo de assimilação entre nome e corpo mais fácil e natural para seus interlocutores.

O recesso de final de ano foi um marco para que o Entrevistado 4 se despedisse do seu nome de batismo e incorporasse o seu novo nome. Ele conta que apesar de adotar uma postura mais reservada sobre sua vida pessoal, nesse momento de transição pediu e teve fortemente ajuda de discentes da universidade e de outros servidores, que criaram um ambiente que pudesse naturalizar a troca sem causar estranhamentos.

Em relação aos processos burocráticos da universidade para a troca do registro, o Entrevistado 4 conta que tudo ocorreu de forma tranquila e rápida. Ele conta que após a eleição presidencial de 2018, onde o país todo vivia momentos de insegurança sobre o que esperar do novo governo, por sua segurança pessoal e como servidor público, pediu a PROGEP que alterasse o nome em todos os registros possíveis que pudesse demonstrar o menos possível a troca e teve um resultado satisfatório com o pedido.

A Entrevistada 5 também teve o processo de alteração da sua certidão após seu ingresso na UFPel e, para ela, a alteração do registro dentro da universidade foi um procedimento tranquilo já que um colega trans, que passou pelo mesmo processo, a orientou e informou quais documentos e procedimentos necessários para alteração. Apesar de considerar que o processo de solicitação para alteração ser tranquilo, ela conta que:

A troca do nome demorou um pouquinho, pra ser bem sincera, demorou acho que uns 10 dias no Cobalto. Como eu fiz no período de férias não me afetou muito assim, sabe, mas tipo, eu fiquei incomodada por ver aquele nome que na verdade nem era meu nome mais, sabe? É estranho te explicar, mas a gente se sente meio deslocada vendo aquele negócio (Entrevistada 5, 2019).

O nome que continuava aparecendo no seu sistema por alguns dias não era como ela se identificava e com sua nova certidão (ENTREVISTADA 5), sendo esse um dos poucos momentos em que se sentiu desconfortável com os processos burocráticos dentro da universidade devido sua identidade de gênero. Em contraponto, ela fala que mesmo com a sensação ruim que sentiu até a troca efetiva do nome, acredita que a universidade não fez isso com má intenção e o

ocorrido provavelmente seja por conta de processos burocráticos da universidade em si e não nenhum problema de discriminação com transgêneros.

Ao questionar a Entrevistada 3 sobre os problemas para utilizar o nome social, ela relatou que até o semestre passado o processo era demorado porque o aluno solicitava no CRA e o pedido era encaminhado para a Coordenação de Tecnologia da Informação da UFPel (CTI) fazer o cadastro do nome social por dentro do sistema acadêmico. Porém, a partir do segundo semestre de 2019 o CTI possibilitou que o próprio CRA altere o nome no atendimento, sendo um processo quase imediato à solicitação.

Outro ponto levantado pela Entrevistada 3, em relação ao sistema, é que as buscas não permitem que sejam feitas pelo registro civil, o que às vezes é necessário. O sistema não apresenta os dados referente às atualizações, desta forma, os levantamentos sobre quantos trans existem na universidade devem ser feitos de forma manual e não há controle preciso sobre quais entraram, se formaram ou desistiram. O Entrevistado 6 entrou na universidade com o registro já alterado, desta forma ele não entra nas estatísticas, por exemplo.

A Entrevistada 3 fala que um problema que já ocorreu em outras universidades, mas que nunca ocorreu na UFPel, é quando o aluno troca mais de uma vez o nome social, já que ele é autodeclarado. Caso ocorresse na UFPel esse caso poderia ocasionar algum problema para localização do aluno já que o CPF não é utilizado em todos os meios dentro da universidade.

A Entrevistada 7 começou seu processo de transgenerização após entrar na universidade e no início conversou com alguns professores e outros vieram até ela para perguntar como gostaria de ser chamada, pois viam nos registros que ainda constava o nome de batismo. Ela conta que tanto professores, quanto colegas foram muito receptivos na utilização do nome social, mesmo quando ele ainda não estava formalizado na instituição.

Quando a Entrevistada 7 resolveu informar o CRA sobre seu nome social teve ajuda do NUGEN que lhe passou as informações sobre os processos para utilização do nome social e no momento da troca uma integrante do núcleo foi com ela até o CRA, ajudando no processo, do qual ela conta que ocorreu de maneira rápida e sem qualquer problema, tendo seu nome trocado em todos registros de professores no dia posterior a troca no CRA.

Um dos pontos, apresentado pelos Entrevistados 1 e 2, é que comumente aparecem alunos que desejam fazer a utilização do nome social e não possuem o conhecimento de como ocorre o processo dentro da universidade e qual órgão correto devem fazer a solicitação. Muitas vezes acabam recebendo informações erradas de terceiros, que também não tem esse conhecimento, e atrasando o processo.

O problema de falta de informação pode ser minimizado com algum campo na página do CRA e/ou do NUGEN, onde informe sobre a utilização do nome social dentro da universidade. Além disso, a publicação de alguma notícia com essa temática no portal da UFPel, que possui grande acesso pela comunidade acadêmica, pode ajudar na busca por informações mais precisas, principalmente para os alunos que estão no início do processo de transgenerização e/ou estão chegando na universidade.

Ser reconhecido por sua identidade e ter um nome é um direito do ser humano, conforme diz no Artigo 16 do Código Civil brasileiro. As medidas para alteração do registro civil ou utilização do nome social reivindicadas por muitos anos pelo movimento trans, sendo pauta recorrente no ENTLAIDS (ANTRA, 2019), colheu frutos apenas muitos anos depois. Os autores Alves e Moreira (2015) falam que o nome social produz efeitos secundários trazendo desdobramentos de outros dispositivos, como por exemplo o uso de banheiros por transgêneros.

#### **4.2.2. Utilização de banheiros por transgêneros**

O uso do banheiro por transgêneros conforme a identidade de gênero do indivíduo é uma das grandes pautas do movimento trans e ainda não está bem resolvida em nenhuma instância jurídica. A Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do CNCD/LGBT, é uma das poucas posições jurídicas sobre a regulamentação do uso dos banheiros por transgêneros e explana no seu artigo 6º que “deve ser garantido o uso dos banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”.

No final de 2014 teve início o primeiro julgamento sobre direitos de pessoas trans em relação ao uso do banheiro. Através do Recurso Extraordinário

nº 845.779, do Supremo Tribunal Federal, uma mulher trans acionou judicialmente um shopping center de Florianópolis/SC após ser impedida de utilizar o banheiro feminino por uma funcionária do local. No ato a recorrente foi constrangida e acabou defecando na própria roupa, ainda necessitando utilizar transporte público para retornar à residência.

Devido a todo constrangimento ocorrido, no processo foi alegada “violação à dignidade da pessoa humana e a direitos da personalidade”, ainda com a seguinte pauta central: “constitui questão constitucional saber se uma pessoa pode ou não ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente” (RE 845.779).

Na discussão do RE 845.779 foram levantados entre os ministros pareceres favoráveis e contrários e até setembro de 2019 não foi resolvido e finalizado. Por um lado, alguns ministros consideram o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero uma forma de preservar a dignidade do indivíduo e que é um dever constitucional proteger as minorias e permitir a vivência da identidade de cada um.

Por outro lado, alguns ministros levantaram questões relativas a abusos que possam ocorrer nos banheiros com a falsa alegação de transgeneridade para facilidade de frequentar ambientes com mulheres e crianças. Em uma das falas foi levantada a hipótese de “pessoas que se vestem de mulher para o cometimento da pedofilia para abusos sexuais”, sendo esta fala tachada pela oposição como preconceituosa, já que carrega um significado de que pessoas trans são mais propensas a cometer abusos.

Alguns órgãos decidem por conta própria a regulamentação do uso do banheiro, já que não existe nenhuma regulamentação oficial. É uma pauta recorrente no movimento trans, que é levada por coletivos e outros tipos de movimentos em universidades e outros espaços públicos e privados. No Brasil já existem algumas universidades que tornaram pública sua regulamentação, outras que estão em debate e muitas que ainda não regulamentaram.

De acordo com o Portal Esquerda Diário (2017), o Coletivo LGBT Prisma, da Universidade Federal do ABC (UFABC), após manifestações conseguiu regulamentar a utilização dos banheiros e vestiários de acordo com a identidade de gênero dentro da universidade, conforme Portaria nº 261, de 31 de julho de 2017. O coletivo também se responsabilizou por organizar uma votação de quais

placas seriam utilizadas nos banheiros e vestiários para que os trans tenham mais segurança jurídica e visibilidade ao frequentar esses locais.

A portaria foi aprovada pela Comissão de Políticas Afirmativas (CPAf), da UFABC, que possui autonomia e legitimidade dentro da universidade e mesmo assim o reitor em exercício solicitou que o assunto fosse pauta da reunião do Conselho Universitário (CONSUNI). De certa forma, deslegitimando o poder do CPAf nessa pauta em específico. Após o coletivo entrar no Ministério Público Federal e na Defensoria Pública do Estado de São Paulo a fim de denunciar as representações da reitoria contrárias ao decidido por um órgão da própria universidade, a mesma recuou e desistiu da ideia de votação da portaria no CONSUNI.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no dia 28 de junho de 2019, Dia do orgulho LGBT, foi aprovada uma resolução para normatizar o uso dos banheiros de acordo com a identidade de gênero de cada um. No caso desta universidade, as regras elaboradas pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf), em parceria com a comunidade trans da universidade, foi aprovada por unanimidade na votação do seu Conselho Superior.

O coordenador da Central de Atendimento da UFJF, Mauro Leopoldino, comentou em uma entrevista do portal de notícias da universidade (UFJF, 2019) que a resolução foi importante por levar em consideração as demandas da comunidade trans na universidade e pelo diálogo de ambas as partes, já que como agentes externos a realidade dessas pessoas, muitas vezes os servidores não sabem quais as melhores escolhas para tal comunidade e é delicado decidir por eles.

A comunidade trans da UFJF comemorou a conquista por ocorrer em um momento onde os assuntos de gênero no país estão sendo cada vez mais vetados e enxergou uma oportunidade de tornar a universidade mais inclusiva e servir de exemplo para outras universidades do país, tendo impactos maiores que apenas no cenário local, já que o desrespeito às identidades de gênero é uma violação muito grave que gera evasão universitária.

Em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, na UFPel, o uso dos banheiros de acordo com a identidade de gênero não é regulamentado. No regimento da universidade não existe nenhuma restrição e nenhuma permissão sobre esta questão. De acordo com o Entrevistado 1, para regulamentar o uso

dos banheiros precisaria ser feita uma atualização do regimento de 1969 e criação de um estatuto discente, estabelecendo os direitos e deveres de uso.

Como existem questões delicadas nessa regulamentação da utilização dos banheiros, quando e se ocorrer precisa ser estudada e estruturada por pessoas especializadas para essa adequação, não apenas através de membros do movimento trans ou da gestão (ENTREVISTADO 1). A tentativa deve ser de tornar o processo o mais normalizado possível, menos impactante, para que não gere polêmicas desnecessárias ou grupos de oposição que não se manifestaram contrários até o momento.

De acordo com Entrevistado 1, os transgêneros da universidade utilizam os banheiros de acordo com sua identidade de gênero e nunca houve nenhuma reclamação ou denúncia a respeito disto no NUGEN. O Entrevistado 1 informou que já foi levantada a possibilidade de banheiro sem gênero na UFPel, mas além de ser uma forma de segregar mais ainda esse público, a universidade fisicamente não possui condições de se adequar a certas questões de inclusão.

Existem alguns campus da universidade que não possuem identificação nos banheiros. Os Entrevistados 6 e 7, que estudam em campi distintos, informaram que nessas unidades existem banheiros sem identificação e acreditam ser essa a forma mais adequada de inclusão, apesar de sentirem-se à vontade utilizando os banheiros com identificação também.

A Entrevistada 7 fala que nunca teve problema na utilização de banheiro feminino na universidade no Campus que tem aula, mas conta que quando começa a frequentar outra unidade da universidade geralmente pede para alguma colega ir junto ao banheiro até se acostumar e verificar que não há qualquer problema na utilização do banheiro feminino. Fato este que demonstra uma ação de segurança e ao mesmo tempo não naturalização de uma prática comum como ir ao banheiro.

O uso dos banheiros femininos na UFPel, para a Entrevistada 5, ocorre de maneira tranquila atualmente e que nunca teve algum “problema de verdade”, apesar de observar alguns olhares diferentes do habitual e questionadores sobre seu direito de utilizar aquele espaço. Nas situações em que foi encarada de maneira pejorativa ela fala que se sentiu mal mesmo que ninguém nunca tenha falado nada verbalmente.

A Entrevistada 5 conta que esse comportamento discriminatório era mais comum no período inicial do seu processo de transgenerização, quando tinha uma aparência mais masculina, e conforme os hormônios foram fazendo mais efeito as pessoas passaram a não estranhar tão frequentemente a presença de alguém trans nos banheiros e em outros espaços da universidade.

Através da entrevista 1, foi informado que nunca houve qualquer denúncia relacionada ao uso dos banheiros no NUGEN. Mesmo que a universidade ainda não normalize a utilização dos banheiros de acordo com a identidade de gênero dos seus membros, os relatos observados na análise das entrevistas mostram que deve ser dada certa atenção para o assunto, já que mesmo sem denúncias no núcleo de gênero ocorrem situações de preconceito nos banheiros.

### **4.3. A INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NA UFPel**

Conforme dados coletados através da análise de documentos e das entrevistas com membros da UFPel sobre as temáticas das seções e subseções anteriores, foi possível observar alguns posicionamentos da universidade perante a existência trans dentro de seus espaços e fora deles, além de demandas que ainda existem para criação de um ambiente mais inclusivo na UFPel.

Frequentemente dados sobre a comunidade trans são noticiados nos meios de comunicação, expostos em artigos acadêmicos e nas divulgações de grupos do movimento trans, informando o alto percentual de prostituição das mulheres trans, o baixo percentual de pessoas trans exercendo funções em trabalhos formais e o baixo percentual de pessoas trans que chegam as universidades.

Esses materiais que mostram a desigualdade de oportunidades das pessoas trans por conta da sua identidade de gênero, fora as pautas do movimento por todo país, foram utilizados para proposição de maior acesso em algumas universidades, como forma de buscar certo grau de reparação histórica para este grupo, através das cotas universitárias.

As cotas universitárias para trans na graduação e/ou pós-graduação ainda estão em processo inicial no país, com aderência de quase 20% das

universidades federais brasileiras. O NUGEN, em abril de 2019, em uma conversa informal para o projeto de qualificação desse estudo, tinha a ideia de propor as cotas para trans, mas naquela época era uma ideia distante para a UFPel. Sete meses depois pôde ser observado que já existe uma pesquisa acontecendo para que no próximo ano seja efetivamente proposto esse projeto.

Ao entrar no assunto de cotas para trans com alguns entrevistados, todos reconhecem a importância dessa política de ação afirmativa, mas não enxergam que a universidade esteja totalmente preparada, pois precisa fortalecer seus projetos de permanência para essas pessoas, pois proporcionar o maior acesso sem proporcionar um ambiente de permanência pode gerar evasão, que Almeida (2014) chama de exclusão após a inclusão.

O NUGEN expôs que o núcleo não consegue adentrar alguns cursos e unidades acadêmicas com perfil mais conservador, e quando consegue, após várias tentativas, não existe divulgação dos eventos nas plataformas das unidades, demonstrando mais forma de descaso pela causa.

A utilização do nome de acordo com a identidade de gênero, que é um importante aspecto de reconhecimento das pessoas trans, foi pautado na UFPel junto às reivindicações que ocorreram no restante do país em níveis macro e em outras instituições governamentais e de ensino. Historicamente a UFPel acompanhou o processo, não sendo nem uma das pioneiras, nem postergando a normatização dentro dos seus espaços.

Em algumas situações em relação ao nome social ou alteração do registro, pode-se observar que a universidade adota uma postura acolhedora, com posturas além das que estão nas normatizações, como quando alunos de outros estados que não tinham a CNS não eram incluídos na norma para utilização do nome social e o CRA procurou junto a outros órgãos a inclusão desses alunos. Além disto, o CRA posterga, sempre que solicitado, a emissão do diploma para que o aluno possa ter a emissão já com o registro alterado.

A utilização dos banheiros por transgêneros é uma pauta recorrente no movimento trans e ainda pouco debatida no poder judiciário. Algumas universidades atuaram sobre a pauta de uma maneira proativa, normatizando o uso dos banheiros e atendendo as demandas da comunidade trans. A UFPel, com seu estatuto de 1969 em vigor, não restringe, nem permite o indivíduo utilizar o banheiro conforme sua identidade de gênero.

Na visão do Núcleo de Gênero e Diversidade, o uso do banheiro por transgêneros ocorre de uma forma tranquila e natural, assim não necessitando mexer em uma pauta já naturalizada, já que procurar a normatização do uso dos banheiros poderia suscitar defensores, como também opositores ao assunto, da mesma forma que ocorre nas discussões que acontecem no STF quando levantada a pauta.

A grande demanda por atendimentos psicológicos, com fila de espera ultrapassando 300 pessoas em setembro de 2019, mostra a necessidade da universidade de aumentar os atendimentos para suprir de forma mais efetiva as necessidades dos alunos, o cuidado com a saúde mental deles, não só trans, mas de toda comunidade acadêmica.

Além de posicionamentos tomados pela universidade em situações referentes as pautas trans, um dos problemas mencionados na análise dos dados é a indisponibilidade de espaço físico que possibilite mais atendimentos aos alunos, tanto psicológicos, quanto por parte do núcleo de gênero, indisponibilidade de espaço para oferta de mais disciplinas que promovam a diversidade e muitas vezes indisponibilidade para realização de eventos.

Os relatos mostram que ainda existe preconceito e discriminação na comunidade acadêmica da UFPel, por parte de alunos e servidores da universidade, o que deixa uma brecha para que a universidade procure meios de atuação para diminuição dessas incidências de intolerância nos seus espaços. Como membros da academia, um consenso que apareceu nos relatos das entrevistas é a utilização da educação como ferramenta para a diminuição desse ambiente de estranhamento com as pessoas trans na universidade.

## 5. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Tendo em vista o cenário verificado ao longo da pesquisa, ao serem atendidos os objetivos específicos de “analisar quais são as iniciativas da UFPel perante a existência trans dentro da universidade” e “investigar se existem e quais são as demandas da comunidade trans dentro da UFPel”, o presente capítulo tem o objetivo de apresentar uma proposta de intervenção na Universidade Federal de Pelotas, procurando atender o terceiro objetivo específico do estudo, que busca “propor iniciativas de inclusão e permanência de trans na UFPel”.

Levando em consideração as demandas apontadas pelo Núcleo de Gênero e Diversidade; Coordenação de Registros Acadêmicos; um servidor trans e relato de três alunos trans, percebe-se que podem ser tomadas medidas para proporcionar um ambiente mais inclusivo para comunidade trans dentro da UFPel. Algumas sugestões apareceram durante o texto conforme as demandas informadas e neste capítulo será apresentada uma proposta para a demanda mais recorrente que é o aumento pelas pautas de identidade de gênero nos eventos e discussões da universidade. Na tabela 5 são expostas ações para que a universidade possa fomentar as discussões sobre a minoria trans.

Tabela 5 – Ações para proposta de intervenção na UFPel

<b>Ação 1- Promoção de eventos com pautas de minorias, diversidade e comunidade trans</b>
<p>A universidade precisa fornecer ambientes de discussões sobre gênero, sexualidade e demais diversidades dentro dos seus espaços, tornando as pautas visíveis e importantes, para isto, deve procurar normatizar a necessidade desses eventos nas unidades acadêmicas, já que de forma voluntária poucos são os aderentes.</p> <p>A ação proposta é que pelo menos uma vez por semestre seja realizado um evento por faculdade ou unidade acadêmica, em cada turno, com obrigatoriedade de presença na disciplina do horário proposto e que o professor da disciplina possa solicitar alguma discussão sobre os assuntos tratados no evento. A fim de fazer com que a obrigatoriedade do tema seja a</p>

forma de fomentar a discussão na universidade. Essa ação pode ser realizada pelos colegiados dos cursos para que não seja feita de maneira centralizada em um único órgão da universidade.

Os cenários em que a presença ocorre de forma voluntária são tomados geralmente por pessoas pertencentes ao movimento ou simpatizantes, o que torna a discussão pouco relevante para as pessoas que deveriam ser mais atingidas e educadas pelo tema, as que acabam tendo atitudes preconceituosas durante a vida acadêmica.

### **Ação 2- Obrigatoriedade de apresentação do Núcleo de Gênero e Diversidade nas atividades de boas vindas dos alunos**

Através das entrevistas pode ser observado que ainda existe desconhecimento das próprias pessoas trans da universidade sobre o Núcleo de Gênero e Diversidade. Por ser um núcleo com dois anos de criação, relativamente novo na universidade, e pela adesão voluntária das unidades acadêmicas no que diz respeito à apresentação do núcleo aos alunos, a obrigatoriedade da apresentação do núcleo em todas unidades acadêmicas pode reduzir o número de alunos que ainda não tem conhecimento sobre as ações do núcleo.

A ação proposta é que o NUGEN tenha espaço reservado para apresentação das ações do núcleo em todos eventos de boas-vindas aos calouros da universidade, tanto nos eventos das unidades quanto nos eventos da universidade toda. Essa ação deve ser elaborada em conjunto com o NUGEN, que deve dispor de pessoal para apresentação e os colegiados dos cursos que devem prover o espaço e o tempo para a apresentação.

### **Ação 3- Inclusão de pautas relacionadas a identidade de gênero nas semanas acadêmicas dos cursos de graduação**

As semanas acadêmicas, como um importante espaço de troca de conhecimento na universidade, pode adotar pelo menos um momento da sua execução para discutir pautas relacionadas a identidade de gênero no curso em questão. Podendo fazer com que alunos que não participariam de forma voluntária no debate, tenham contato com o assunto nesses eventos.

A ação proposta é que exista o diálogo entre o colegiado do curso e a comissão organizadora da semana acadêmica, podendo contar com a ajuda

do NUGEN para elaboração dos debates ou dos coletivos LGBT quando estirem no curso.

Fonte: elaboração própria, 2019.

As ações dispostas na Tabela 4 têm o intuito de auxiliar a universidade na criação de um ambiente mais inclusivo para comunidade trans que faz parte dela. A proposta de intervenção com suas ações tomou como base as demandas levantadas durante o processo de análise dos dados e procuram atender o terceiro objetivo específico do presente estudo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual mostra o Brasil como o país mais violento do mundo para pessoas trans. A cada ano são inúmeras mortes por preconceito e discriminação. A média de expulsão de casa das pessoas trans é de 13 anos de idade, além de um quadro onde 90% da população trans feminina precisa se prostituir para sobreviver, conforme dados apresentados na introdução deste trabalho. Pensando na educação como ferramenta de inclusão social e uma realidade onde só 0,02% das pessoas trans conseguem chegar a universidade, a universidade precisa criar formas de manter e acolher esses estudantes.

Este estudo teve como objetivo geral analisar o processo de inclusão de pessoas trans na Universidade Federal de Pelotas. Os objetivos específicos de analisar quais são as iniciativas da UFPel perante a existência trans dentro da universidade e investigar se existem e quais são as demandas da comunidade trans dentro da UFPel foram atendidos no capítulo de análise dos dados, dando suporte para a execução do terceiro objetivo específico de proposição de iniciativas de inclusão e permanência de trans na UFPel.

Através dos relatos, documentos analisados e posturas de outras universidades, pôde ser observado que a UFPel respeita as normatizações oficiais, por serem obrigatórias, mas nem sempre utiliza sua autonomia para procurar formas de incluir a comunidade trans na academia. Sendo que em alguns momentos a universidade invisibiliza as pautas trans com uma ideia de que a inclusão já está naturalizada dentro de seus espaços.

Foi possível observar que pautas como cotas para trans e utilização dos banheiros de acordo com a identidade de gênero são discutidas dentro da UFPel, porém ainda não possuem ações operacionalizadas de como será esse processo, enquanto em algumas universidades essas são pautas já regulamentadas.

Durante a elaboração do trabalho foi possível observar algumas iniciativas para inclusão por parte da UFPel, algumas faltas de iniciativa e algumas demandas que ainda precisam ser atendidas para que as pessoas trans da universidade sejam incluídas de forma eficaz. O preconceito com a comunidade

trans apareceu nas falas dos entrevistados, vista por parte de alunos e servidores da universidade.

As entrevistas mostraram que ainda existem situações de preconceito nos banheiros, em debater nas salas de aula, na falta de oportunidade de local de fala dentro das unidades acadêmicas e por parte de colegas que dizem precisar se acostumar com a ideia de ter um colega trans. Apesar desses fenômenos, os entrevistados trans não se sentem tão atingidos por parte da universidade e tentam entender como normal esse comportamento dos outros.

Como um processo social que é a naturalização e aceitação das pessoas transgênero na sociedade no geral e na universidade, os entrevistados enxergam a educação como o meio para que esse processo aconteça. As medidas propostas neste estudo visam minimizar esses efeitos e fazer com que a comunidade trans se sinta mais incluída na universidade, apesar da maioria das medidas não terem nenhum efeito imediato e sim de longo prazo.

A proposta de intervenção exposta no capítulo seis tem como objetivo o aumento das pautas de identidade de gênero nos eventos e discussões da universidade, para isso foram propostas três ações que podem ser executadas com esse fim, procurando promover as conversas e levar conhecimento além dos pares.

Para realização dessa pesquisa existiram algumas dificuldades de conseguir contato com possíveis entrevistados, primeiro porque dentro da universidade ainda é vago e informal os dados de quem são essas pessoas, então as pessoas entrevistadas foram sendo indicadas por outras pessoas inicialmente entrevistadas ou encontradas em redes sociais no grupo da UFPel. A segunda limitação se deu por conta de possíveis entrevistados não quererem dar entrevista.

Com as dificuldades do público trans em conseguir concluir os ensinos fundamental e médio, a maioria dos estudos no Brasil ainda focam nesses dois níveis estudantis, desta forma os estudos sobre trans e universidade ainda são poucos e são uma sugestão para novas pesquisas e aprofundamento do assunto. Outra sugestão para novos estudos é a verificação de como ocorre o processo de inclusão de pessoas trans em outras universidades e órgãos públicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. et al. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação**, Campinas, v.17, n. 3, nov. 2012.

ALVES, H. (2012). **Introdução ao transfeminismo**. **Transfeminismo**. Disponível em: <http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo>. Acesso em: 15 abril 2019.

ALVES, M. A.; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 3, jul./set. 2004.

ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro:(trans) subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, 59-69, 2015.

ANTRA (2019). **E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/> Acesso em: 15 abril 2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 41)

ARROYO, M. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010.

ASSUNÇÃO, A.; SANTOS, C.; NOGUEIRA, D. Política de cotas raciais na Unb: um estudo sobre o acesso de negros na Universidade durante o período de 2004 a 2012. **Revista HISTEDBR On-line**, vol. 18, n. 1, p. 212-233, 2018.

BARROS, A. da S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.

BENEDETTI, M. **Toda Feita: O Corpo e o Gênero das Travestis**. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (ANTRA, 2019a). **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf> Acesso em: 19 abril 2019.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165, 2014.

BODINE, A. **Sexocentrismo e pesquisas linguísticas**. Em V. Aebischer & C. Forel (Orgs.), **Falas masculinas, falas femininas? Sexo e linguagem** (pp. 35-62). São Paulo: Brasiliense, 1991.

BORGES, Z. N.; PERURENA, F. C. V.; PASSAMANI, G. R.; BULSING, M.; Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas. **Revista Latitude**, Vol. 07, nº 1, pp. 61-76, 2013.

BORTOLANZA, J. **Trajetória do ensino superior brasileiro - Uma busca da origem até a atualidade**. XVII Colóquio internacional de gestão universitária, Argentina, p. 01-16. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101\\_00125.pdf?seque=nce=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?seque=nce=1). Acesso em 17 de julho de 2019.

BORTONI, Larissa. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional**. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/>

especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional. Acesso em: 15 de junho de 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 160 p.

BUTLER, J. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu** (42), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-Unicamp, 2014, pp.249-274.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, 238 p.

BRAGA, D. da S.. A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola. **Periferia**, v. 4, n. 1, p. 5-24, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1988.

CARRARA, S.; RAMOS; S. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004**. Rio de Janeiro: Cepecs, 2005. Disponível em: [www.clam.org.br/](http://www.clam.org.br/) Acesso em 20 de junho de 2018.

CARVALHO, J. P. S. **Discutindo a Evasão nos Cursos de Graduação Criados através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI: o caso da UFPel**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

CARTA CAPITAL. CARTA EDUCAÇÃO. 2018. **UFABC abre vagas exclusivas para trans e travestis na Escola Preparatória**. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/ufabc-abre-vagas-exclusivas-para-trans-e-travestis-para-escola-preparatoria/> Acesso em: 13 de junho de 2018.

CARVALHO, M. F. L.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 14, p. 319-351, 2013.

CARVALHO, G. P. de; OLIVEIRA, A. S. Q. de. Gênero, transexualidade e educação: reconhecimento e dificuldades para emancipação. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 4, p. 58-75, set.dez/2017.

CARRIERI, A. de P.; SOUZA, E. M. de; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. **Revista Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 78-95, fev. 2014.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERVO, A. L.; BERVIAN, A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2006.

CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. **IN: Educar**. Curitiba, n. 35, p 37-51, set./dez. Editora UFPR. 2009.

CID-UFPEL. **Núcleo de Diversidade**. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/cid/2017/06/14/ola-mundo/> Acesso em: 15 de agosto de 2019.

COLLING, L. O que perdemos com os preconceitos? **Revista Cult**, v. 18. n. 202, p. 22-41, jun. 2015.

CONVID. **A invisibilidade das pessoas transgêneros no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-invisibilidade-das-pessoas-transgeneros-no-brasil/> Acesso em: 21 de junho de 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. - São Paulo: Ed. 54, 1997, 176 p.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, L. R. Políticas públicas voltadas para as diversidades: a igualdade racial na educação infantil-um caminho a ser percorrido. **Cadernos Imbondeiro**, v. 4, n. 2, 36-59, dez. 2015.

DIARIO DA MANHÃ. 2015. **CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CIDADANIA LGBT JÁ É LEI**. Disponível em: <http://diariodamanhapelotas.com.br/site/conselho-municipal-de-direitos-da-cidadania-lgbt-ja-e-lei/> Acesso em: 25 de junho de 2019.

ENGEL, W. **Organização Mundial da Saúde retira transexualidade de sua lista de transtornos mentais**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/organizacao-mundial-da-saude-retira-transexualidade-de-sua-lista-de-transtornos-mentais/> Acesso em: 18 de agosto de 2019.

FELIPE, J. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **ProPosições**, v. 18, n. 2, 77-87, mai./ago. 2007.

FERREIRA, Rubens da Silva. "CIDADE DAS BONECAS": Etnografia do cotidiano "trans" em Belém do Pará. **Revista Margens Interdisciplinar**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 53-70, maio 2016.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 3, p. 18-25, jul./set. 2000.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2019. **Ao menos 12 universidades federais do país tem cotas para alunos trans**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml> Acesso em: 13 de setembro de 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Paz & Terra, 2014a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. São Paulo: Paz & Terra, 2014b.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 122-137, 2016.

FREITAS, A. (2005). **Ensaio de construção do pensamento transfeminista**. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/12/340210.shtml>. Acesso em: 19 abril 2019.

FREITAS, M. E. de. Contexto, Políticas Públicas e Práticas Empresariais no tratamento da diversidade no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 4, n. 3, 2016, 87-135, set./dez. 2015.

FREUD, S. **Femininity**. In **New Introductory Lectures on Psycho-Analysis**, Lecture III. 1933.

GARCIA, M. R. V. **Dragões: Gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda**. 2007. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GAZETA. 2019. **Bolsonaro suspende vestibular para trans em universidade federal**. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2019/07/bolsonaro-suspende-vestibular-para-trans-em-universidade-federal-1014189829.html> Acesso em: 13 de setembro de 2019.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

INFORMANDES. 2017. **Entrevista: “A população trans não existe para a escola brasileira”**. Disponível em: <https://www.adufes.org.br/portal/noticias/28-andes/2160-entrevista-a-populacao-trans-nao-existe-para-a-escola-brasileira.html> Acesso em: 22 de agosto de 2019.

INEP . **Censo Escolar da Educação Superior 2010**. Brasília, DF: Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf). Acesso em: 12 de setembro de 2019.

IRIGARAY, H. A. Identidades sexuais não-hegemônicas: a inserção de travestis e transexuais no mundo do trabalho sob a ótica queer. In: ENCONTRO DE

ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, VI, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

IRIGARAY, H. A. R. Orientação sexual e trabalho. **GV Executivo**, v. 10, n. 2, p. 44-47, jul./dez. 2011.

JEFFREYS, S. **Beauty and Misogyny: Harmful Cultural Practices in the West**. New York: Routledge, 2005.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

JESUS, J. G. de. O conceito de heterocentrismo: Um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. **Psico-USF**, v. 18, n. 3, p. 363-372, 2013.

JESUS, J. G. de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **universitas humanística**, v. 78, n. 78, 2014.

JESUS, J. G. de. **Homofobia: identificar e prevenir**. Metanoia, 2019.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. de L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

LANZ, L. (2014). **O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Panamá, Curitiba, Brasil.

LEITE, M. C. da S. R.; DA SILVA, A. J. P.; MARTINS, E. S. PESQUISA QUALITATIVA EM TESES DE DOUTORADO: UMA ANÁLISE DO TRIÊNIO 2013-2015. **Revista Expressão Católica**, v. 6, n. 1, p. 43-53, 2017.

LIMA, P. G. Ações afirmativas e universidade no Brasil. **Revista HISTEDBR Online**, v. 10, n. 39, p. 267-285, 2010.

LUNA. (2013). **Sororidade 101: sobre feministas brancas, cisgêneras e classe média**. Luna is the Queen blogspot. God save the queen. Disponível em: <http://luna-is-the-queen.blogspot.com.br/2013/08/sororidade-101-sobre-feministasbrancas.html>. Acesso em: 18 abril 2019.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. In: **A entrevista como instrumento de pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise**. Marília: UNESP, 2008. 17 p.

MCARTHUR, T.; MCARTHUR, R. **Concise Oxford companion to the english language**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

NASCIMENTO, C. F. M. ANTUNEZ, José Leonel da Luz. **Assistência estudantil na UFPEL**. – Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2012.

NUGEN. 2019. **Sobre o NUGEN**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nugen/pagina-exemplo/> Acesso em: 14 de julho de 2019.

NUGEN. 2019. **Corpos, Gêneros e Sexualidades**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nugen/2019/08/14/corpos-generos-e-sexualidades/> Acesso em: 01 de dezembro de 2019.

OLIVEIRA, M. F. de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. **Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO**, 2011.

OLIVEIRA, M. J. **O lugar do travesti em Desterro**. 1997. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-

Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

PASSAMANI, G. R.; MAIA, L. R. Um herói gay: uma análise sobre homofobia, militância e moralidade a partir de MILK-A Voz da Igualdade. **Ciclo de Cinema: entre histórias, teorias e reflexões. II Volume. Campo Grande: Editora da UFMS**, v. 2, p. 85-98, 2011.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. (2a ed.). Newbury Park: Sage, 2002.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 217-248, dez. 2005.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos feministas**, v. 16, n. 3, p. 887-896, 2008.

PIRES, Z. (2013). **Sobre transexualidade, feminismo interseccional e sororidade. Bloqueiras Negras**. Disponível em: <http://bloqueirasnegras.org/2013/06/06/transexualidade-feminismo-interseccional-e-sororidade> Acesso em: 18 abril 2019.

PIZZI, R. C.; PEREIRA, C. Z.; RODRIGUES, M. S. Portas Entreabertas: o mercado de trabalho sob a perspectiva de travestis e mulheres transexuais. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 4, n. 1, p. 352, 2017.

PORTAL ESQUERDA DIÁRIO. **UFABC aprova uso dos banheiros segundo gênero auto-reconhecido**. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/UFABC-aprova-uso-dos-banheiros-segundo-genero-auto-reconhecido> Acesso em: 24 de julho de 2018.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008, 144 p.

PRAE. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – UFPel. 2019. **Início**. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/prae/coordenacao\\_de\\_integracao\\_estudantil/sobre/](https://wp.ufpel.edu.br/prae/coordenacao_de_integracao_estudantil/sobre/)  
Acesso em: 18 de setembro de 2019.

PRECIADO, B. **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. 223p.

QUERINO, R. **UFABC permite que pessoas trans utilizem os banheiros de acordo com a identidade de gênero**. 2017. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2017/07/ufabc-permite-que-pessoas-trans-utilizem-os-banheiros-de-acordo-com-a-identidade-de-genero>  
Acesso em: 13 de junho de 2018.

RAMOS, M. G. G. Programa REUNI: uma abordagem sobre Permanência e Evasão na UFPel. **Eventos Pedagógicos**, v. 5, n. 3, p. 83-101, ago./out., 2014.

RAMOS, M. G. G.; GARCIA, T. E. M.; NOGUEIRA, M. G. S. A gestão do Reuni na UFPel: um olhar sobre a qualidade da expansão. **Desafio Online**, v. 1, n. 2, p. 1-17, 2013.

RONDAS, L. de O.; MACHADO, L. R. de S. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rey, v. 10, n. 01, p. 194-207, jan.-jun. 2015.

RONDINELLI, R. C. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária**. 2011. 270 f. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

SALLES, A. C. T. da C.; CECCARELLI, P. R. A invenção da sexualidade. **Reverso**, v. 32, n. 60, p. 15-24, 2010.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, p. 43-55, 2014.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.

SILVA, A. S. da. As cores memoriais (e distorcidas) da (in) diferença: com que cores se colorem o passado no tempo presente da homofobia?! **Bagoas Estudos gays, gênero e sexualidades** v. 1, n. 1, p. 167-92, jul./dez. 2007,

SILVA, A. S.; BARBOZA, R. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. **Cadernos CERU**, v. 20, n. 1, p. 257-276, 2009.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. 250 p. Dissertação (Pós-graduação em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TRANSGENDER EUROPE. 2016. **Trans Murder Monitoring**. Disponível em: <https://tgeu.org/tag/trans-murder-monitoring/> Acesso em: 27 de maio de 2018.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

UFJF. 2019. **Aprovada resolução para uso de banheiros conforme identidade de gênero**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/06/28/aprovada-resolucao-para-uso-de-banheiros-conforme-identidade-de-genero/> Acesso em: 23 de julho de 2019.

UFPEL. **Histórico (atualização 2017)**. Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/historico/> Acesso em: 25 de setembro de 2019.

UFPEL. **Núcleo dá assistência psicológica e ajuda na superação de dificuldades**. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2018/04/04/nucleo-da-assistencia-psicologica-e-ajuda-na-superacao-de-dificuldades/> Acesso em: 10 de outubro de 2019.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998**. (Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998). Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visaoacao.html> Acesso em: 05 de agosto de 2019.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, 127-143, maio/ago. 2012.

Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. (4a ed.). Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZIKMUND, W. G. et al. **Business research methods**. Cengage Learning, 2013.

## Apêndices

## Apêndice A – Roteiro da Entrevista 1

- 1) Você enxerga que a universidade se preocupa com a existência e o bem-estar dos trans dentro dos seus espaços?
- 2) Como o núcleo age para proporcionar um ambiente mais inclusivo para os alunos, servidores e professores trans?
- 3) Você enxerga algum retorno nos eventos destinados a inclusão de pessoas trans na UFPel?
- 4) Outros núcleos e departamentos da universidade se propõem a lutar pela causa trans ou as iniciativas sempre partem do NUGEN?
- 5) Como o núcleo enxerga a política de cotas para trans? Como está o debate dentro da universidade sobre esta questão? Acham que a UFPel está preparada para adotar essa ação afirmativa?
- 6) O núcleo já soube de algum problema em relação a utilização do nome social dentro da universidade?
- 7) A utilização dos banheiros de acordo com a identidade de gênero é debatida dentro da universidade? Existe alguma norma sobre isto?
  - 7.1) Se sim, o que diz?
  - 7.2) Se não, o NUGEN ou outro departamento/núcleo está procurando essa normalização?
- 8) Você acha que algum processo burocrático da universidade oprime ou ofende de alguma forma a comunidade trans?
- 9) Você acha que a universidade é receptiva na aprovação de projetos que visam maior inclusão das pessoas trans?
- 10) Os temas de identidade de gênero têm espaço para debate nas grades curriculares dos cursos da UFPel? Existe algum projeto que vise esse debate nas salas de aula?
- 11) Na visão do núcleo, quais as medidas que podem ser tomadas para diminuir a discriminação contra comunidade trans dentro da universidade?

### **Apêndice B – Roteiro das Entrevistas 2 e 3**

- 1) Existe algum levantamento sobre a quantidade de alunos trans dentro da UFPel?
- 2) Como ocorre o processo de adoção do nome social dentro da universidade? O que o aluno deve fazer? (Processos burocráticos)
- 3) O diploma e os certificados fazem referência ao nome social?
- 4) Você já soube ou presenciou algum problema em decorrência da utilização do nome social pelos trans da universidade?
- 5) Você tem mais alguma informação que possa contribuir com a pesquisa?

### **Apêndice C – Roteiro da Entrevista 4**

- 1) Você enxerga que a universidade se preocupa com a existência e o bem-estar dos trans dentro dos seus espaços?
- 2) Você se sente acolhido pela universidade?
- 3) Você se sente seguro na universidade?
- 4) Você já participou ou soube de algum evento destinado ao combate à discriminação e a inclusão de pessoas trans na UFPel? Se sim, como foi?
- 5) O que você pensa sobre cotas para trans? Você enxerga como uma política eficaz de inclusão?
- 6) Caso as cotas sejam aderidas, você enxerga que a universidade está preparada, consegue dar suporte para comunidade trans?
- 7) Você utiliza o nome social? Se sim, como foi o processo para utilização dentro da universidade?
- 8) Como você se sente em relação a utilização dos banheiros dentro da universidade?
- 9) Você já se sentiu oprimido ou ofendido por algum processo burocrático dentro da universidade por conta da sua identidade de gênero?
- 10) Você acredita ter as mesmas oportunidades de trabalho, educação e crescimento que seus colegas cisgêneros?
- 11) Como é sua relação com os alunos e demais servidores?
- 12) Você já sofreu ou presenciou com outra pessoa alguma situação de preconceito dentro da universidade decorrente da identidade de gênero?
- 13) Você buscar abordar assuntos relacionados a gênero e sexualidade dentro da sala de aula? Sabe se outros colegas fazem isso?
- 14) Você acha que a universidade seria receptiva na aprovação de algum projeto que visasse maior inclusão das pessoas trans?
- 15) No seu entender existe alguma medida que possa ser tomada para diminuir a discriminação contra trans dentro da universidade?
- 16) Gostaria de expor alguma ideia ou fazer sobre outro assunto referente a inclusão de pessoas trans na ufpel?

### Apêndice D – Roteiro das Entrevistas 5, 6 e 7

- 1) Tu enxergas que a universidade se preocupa com a existência e o bem-estar das pessoas trans dentro dos seus espaços?
- 2) Tu te sentes acolhida pela universidade?
- 3) Tu te sentes segura na universidade?
- 4) Tu já participaste ou soubeste de algum evento destinado ao combate à discriminação e a inclusão de pessoas trans na UFPel? Se sim, como foi?
- 5) O que tu pensas sobre cotas para trans? Tu enxergas como uma política eficaz de inclusão?
- 6) Tu utilizas o nome social ou fez alteração do registro no período que já estava na universidade? Se sim, como foi o processo dentro da universidade?
- 7) Como tu te sente em relação a utilização do banheiro dentro da universidade? Já teve algum problema em relação a isto?
- 8) Tu achas que a universidade seria receptiva na aprovação de algum projeto que visasse maior inclusão das pessoas trans?
- 9) Temas relacionados a gênero e sexualidade já foram abordados em alguma disciplina do seu curso?
- 10) Sabes de projetos ou pessoas pesquisando sobre a inclusão de pessoas trans dentro da UFPel?
- 11) Já presenciou ou sofreu alguma relação de preconceito dentro da universidade?
- 12) Tu já te sentiste oprimida ou ofendida por algum processo burocrático dentro da universidade por conta da tua identidade de gênero?
- 13) Como é sua relação com professores, colegas e servidores administrativos?
- 14) Já presenciou ou sofreu alguma relação de preconceito dentro da universidade?
- 15) No seu entender, existe alguma medida que possa ser tomada para diminuir a discriminação com trans dentro da universidade?